

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM
PESQUISAS (MPS E DIEESE)**

**Mapeamento da Situação da Desproteção Social
na Bahia, relativo ao Setor da Construção**

RELATÓRIO: PRODUTO 3

Contrato Nº 06/2013 – MPS / DIEESE

SETEMBRO DE 2013

BRASÍLIA DF

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

EXPEDIENTE DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS**GARIBALDI ALVES**

Ministro da Previdência Social

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES

Secretário de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 7º Andar, Sala 723
Brasília, DF - CEP: 70059-900
e-mail: leonardo.rguimaraes@previdencia.gov.br
Fone: (61) 2021-5236/5342
Fax: (61) 2021-5195/5045

ROGÉRIO CONSTANZI NAGAMINE

Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social
Fone: (55 61) 2021-5236 Fax: (55 61) 2021-5195
e-mail: rogerio.costanzi@previdencia.gov.br

MPS – Ministério da Previdência Social

Esplanada dos Ministérios
Bloco F - CEP: 70059-900
Brasília - DF

Telefone: (61) 2021-5000
<http://www.previdencia.gov.br>

**EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE**

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação
José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais
Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical
Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Coordenação Geral do Projeto

Rosane de Almeida Maia – Coordenadora Geral
Natali Machado Souza – Assistente Administrativo
Angela Maria Schwengber – Coordenadora técnica
Patrícia Lino Costa – Coordenadora técnica
Sirlei Márcia de Oliveira – Coordenadora técnica
Leonardo Cardoso dos Santos Escobar – Coordenador Técnico

Equipe Executora

DIEESE

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Socioeconômicos

Rua Aurora, 957 – Centro – São Paulo – SP – CEP 01209-001

Fone: (11) 3821 2199 – Fax: (11) 3821 2179 –

E-mail: institucional@dieese.org.br/ <http://www.dieese.org.br>

Sede do Projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”

SCHN/CL 309, Bloco C, n. 54, sala 216, Asa Norte

Brasília - DF – Brasil - CEP: 70.755 - 530

Fone: (61) 3033 36 09 e (61) 3033 36 07

E-mail: rosanemaia@dieese.org.br

SUMÁRIO

DESCRIÇÃO DOS EVENTOS	05
MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO DE DESPROTEÇÃO SOCIAL: SETOR DA CONSTRUÇÃO	06
I. A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO	06
II. PROTEÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO	15
III. A EXPERIÊNCIA DO PARANÁ COM O PROGRAMA DE INCENTIVO À FORMALIZAÇÃO	26
IV. A EXPERIÊNCIA DA MESA NACIONAL TRIPARTITE DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO	30
QUADRO GERAL: PRINCIPAIS RESULTADOS	32
ANEXO	35
ANEXO 1 – RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO: VISITAS DE CAMPO E I OFICINA DE DIÁLOGO SOCIAL	35

DESCRIÇÃO DOS EVENTOS

1. Tipo de atividade: Visitas de campo

- **Nome:** Visita de campo para convidar os atores sociais para a participação no Piloto
 - **Local:** Salvador/Bahia
 - **Data:** 12 e 13 de novembro de 2012
 - **Descrição das Atividades:** (ver anexo: Relatório Circunstanciado)
-
- **Nome:** Visita de campo para convidar os atores sociais para a participação no Piloto
 - **Local:** Rio de Janeiro/RJ
 - **Data:** 05 e 06 de junho de 201
 - **Descrição das Atividades:** (ver anexo: Relatório Circunstanciado)

2. Tipo de Atividade: I Oficina de Diálogo Social

- **Nome:** I Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção
- **Local:** Salvador/ Bahia
- **Data:** 22 e 23 de agosto de 2013
- **Descrição das atividades:** (ver anexo: Relatório Circunstanciado)

MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO DA DESPROTEÇÃO SOCIAL: SETOR DA CONSTRUÇÃO¹

I – A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO: BRASIL E BAHIA²

A década de 1990 caracterizou-se como o período de desestruturação do mercado de trabalho, marcado pela flexibilização contratual e dos rendimentos, por altas taxas de desemprego e pelo crescimento das formas mais precárias de inserção da força de trabalho. Essa situação prolongou-se até 2003, quando se iniciou um processo de retomada do crescimento econômico, com impactos positivos sobre o mercado de trabalho. De modo geral, a partir de então, a geração de postos de trabalho superou a entrada de pessoas na condição de economicamente ativas, reduzindo consideravelmente a taxa de desemprego. Na Região Metropolitana de Salvador, a taxa de desemprego caiu de, aproximadamente, 30% no início dos anos 2000 para cerca de 20% no final da década, de acordo com a PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

A construção apresentou um notável dinamismo na década. No Brasil, o setor ocupava 6,3 milhões de pessoas em 2010, ou seja, 1,7 milhão a mais do que o contingente de trabalhadores detectados em 2000 (4,6 milhões). A forma de contratação que respondeu pela maior parte do aumento de postos foi o assalariamento com carteira assinada, com um incremento de mais de 1,1 milhão de pessoas e variação de 91,3% entre 2000 e 2010. Também houve ampliação de 34,3% do número de trabalhadores por conta própria no setor, o que correspondeu a quase 600 mil trabalhadores. Observou-se, ainda que em menor intensidade, um crescimento de 5,0% no número de assalariados sem carteira de trabalho assinada, o que equivaleu a 75 mil ocupações. Mesmo diante desse crescimento absoluto, a década caracterizou-se pela intensa formalização das relações de trabalho e inclusão previdenciária.

¹ O Setor da Construção abarca a chamada Construção Pesada e a Construção Civil.

² Elaborado com base na apresentação de Ana Georgina da Silva Dias, Supervisora do DIEESE na Bahia, na primeira Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção realizada em Salvador, em 22 e 23 de agosto de 2013. Ver DIEESE. “Perfil dos Trabalhadores na Construção no estado da Bahia”. Set. 2012.

**Tabela 1.1. Número de ocupados e variação na ocupação na Construção Civil no Brasil, segundo posição na ocupação
Brasil – 2000 e 2010**

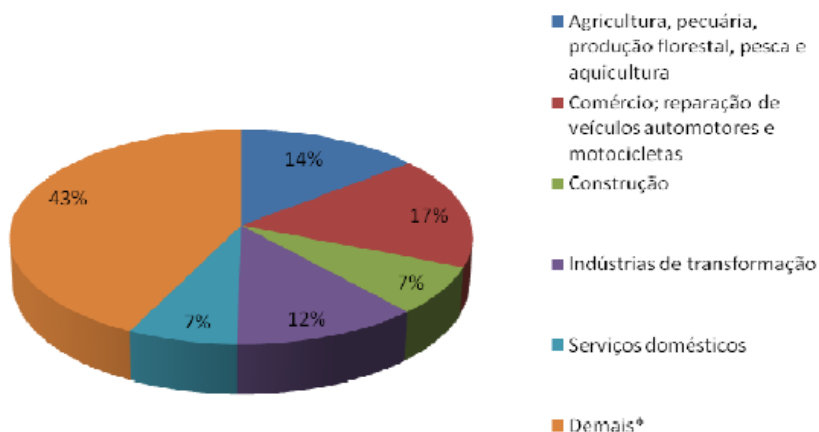
Posição na ocupação	2000	2010	Variação	
	em n°	em n°	em n°	(em %)
Empregados	2.714.382	3.890.076	1.175.694	43,3
com carteira de trabalho	1.204.905	2.305.294	1.100.389	91,3
sem carteira de trabalho	1.509.477	1.584.782	75.305	5,0
Conta própria	1.712.537	2.300.265	587.728	34,3
Empregadores	88.057	74.400	-13.657	-15,5
Não remunerados	38.457	33.690	-4.767	-12,4
Total	4.553.433	6.298.431	1.744.998	38,3

Fonte: Censo – IBGE

Elaboração: DIEESE

No gráfico 1.1 a seguir, observa-se a distribuição dos ocupados segundo setor de atividade econômica, no Brasil e na Bahia, em 2010. Como se pode notar, a Bahia se diferencia pela representatividade da Agricultura na estrutura ocupacional (26% do total de ocupados) - bem maior do que a média brasileira (14%), e da Indústria (6%), menor do que a média nacional (12%). O setor da Construção Civil tem proporção semelhante na Bahia - 7% - e no Brasil - 8%.

Gráfico 1.1
Distribuição dos ocupados no Brasil, por setor de atividade econômica no trabalho principal. Brasil – 2010

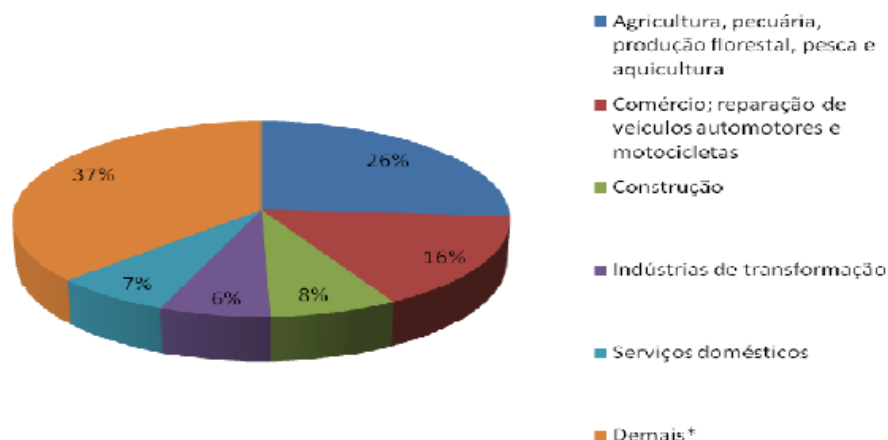


Fonte: Censo - IBGE

Elaboração: DIEESE

*inclui administração pública, serviços e outras atividades

Gráfico 1.2
Distribuição dos ocupados na Bahia, por setor de atividade econômica no trabalho principal. Bahia – 2010



Fonte: Censo - IBGE

Elaboração: DIEESE

*inclui administração pública, serviços e outras atividades

Por sua vez, a evolução da ocupação na Construção Civil na Bahia apresentou um comportamento superior ao do país: 45,9%, entre 2000 e 2010 (tabela 1.2) frente aos 38,3% verificado no país. Observou-se aumentos mais expressivos entre os assalariados com carteira de trabalho assinada (105,2%) e os trabalhadores por conta própria (25,6%).³

O número de trabalhadores atingiu 443 mil no estado, sendo 165 mil com carteira de trabalho assinada, vale dizer, 37% do total.

³ A tabela agrega os sem carteira e os conta própria. Ao se considerar apenas a evolução dos trabalhadores por conta própria, a taxa de crescimento atingiu 47,4% no período.

Tabela 1.2
Número de ocupados na Construção Civil, por posição na ocupação, segundo sexo.
Bahia – 2000 e 2010

em número

Sexo	Com carteira			Conta própria ⁽¹⁾			Total ⁽²⁾		
	2000	2010	Variação (em%)	2000	2010	Variação (em%)	2000	2010	Variação (em%)
Homem	75.602	157.326	108,1	210.869	267.396	26,8	293.147	430.757	46,9
Mulher	4.675	7.406	58,4	5.374	(3)	-	10.769	12.569	16,7
Total	80.280	164.732	105,2	216.243	271.575	25,6	303.919	443.326	45,9

Fonte: Censo – IBGE

Elaboração: DIEESE

(1) Assalariados sem carteira assinada e autônomos.

(2) Inclui assalariados com e sem carteira assinada, autônomos e demais posições na ocupação (empregadores, trabalhadores familiares etc.)

(3) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

As mulheres, que representavam 3,54% do total em 2000, perderam ainda mais espaço relativo para os homens e, em 2010, passaram a representar tão somente 2,83%.

Apesar da frequente veiculação de relatos de crescimento da participação feminina na Construção, constata-se que este ainda é um terreno predominantemente masculino. Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED - em 2011, no Distrito Federal, 91,9% dos ocupados no setor eram homens, percentual que atingiu 97,0% em Fortaleza. A repercussão da recente presença das mulheres ainda é insuficiente para modificar a configuração histórica do setor. Contudo, já era percebida no ano passado em algumas metrópoles acompanhadas pelo Sistema PED: Distrito Federal (8,1%); Belo Horizonte (7,0%); São Paulo (5,0%) e Recife (4,7%). Além de caracteristicamente masculina, a Construção é também marcada pela inserção de trabalhadores com idade mais avançada e mais responsabilidades familiares. Aproximadamente 2/3 dos ocupados no setor são chefes de família, o que, em alguma medida, está associado ao perfil etário dos trabalhadores.⁴

Os dados revelam certo envelhecimento da mão-de-obra na Construção Civil brasileira: as faixas etárias que apresentaram taxas de crescimento mais elevadas foram as das pessoas de 40 a 49 anos (47,3%) e de 50 anos e mais (95,1%) (Tabela 1.3). Mais de 1 milhão de ocupados com mais de 40 anos ingressaram nesse setor, representando quase dois terços dos novos postos de trabalho criados no período. Dessa forma, esse segmento etário, que, em 2000, representava 36,0% da força de trabalho na Construção, passou a responder, em 2010, por 43,2%. Ainda se deve destacar que esse fenômeno

⁴ Ver DIEESE: Boletim Trabalho e Construção. Out. 2012, no. 07.

ocorreu tanto entre os assalariados com carteira de trabalho assinada como entre os “conta própria” e os “sem carteira assinada”.

Tabela 1.3
Número de ocupados na Construção Civil no Brasil, por posição na ocupação, segundo faixa etária. Brasil – 2000 e 2010

em número

Faixa etária	Com carteira			Conta própria ⁽¹⁾			Total ⁽²⁾		
	2000	2010	Variação (em%)	2000	2010	Variação (em%)	2000	2010	Variação (em%)
10 a 15 anos	(3)	(3)	-	38.518	43.269	12,3	46.270	51.826	12,0
16 a 24 anos	231.151	401.862	73,9	657.039	632.708	-3,7	905.460	1.046.513	15,6
25 a 39 anos	555.797	1.022.304	83,9	1.367.153	1.425.333	4,3	1.964.684	2.480.342	26,2
40 a 49 anos	269.062	501.918	86,5	689.865	934.921	35,5	992.423	1.462.330	47,3
50 anos e mais	147.310	377.076	156,0	469.439	848.815	80,8	644.595	1.257.419	95,1
Total	1.204.904	2.305.294	91,3	3.222.014	3.885.046	20,6	4.553.432	6.298.430	38,3

Fonte: Censo – IBGE

Elaboração: DIEESE

(1) Assalariados sem carteira assinada e autônomos.

(2) Inclui assalariados com e sem carteira assinada, autônomos e demais posições na ocupação (empregadores, trabalhadores familiares, etc.)

(3) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

Também na Bahia verificou-se o envelhecimento dos trabalhadores da Construção no período. Os trabalhadores com 50 anos ou mais passaram de 12% em 2000 para 16% em 2010. A faixa de trabalhadores entre 25 e 39 anos continuou sendo a mais expressiva, em 2010, 43% dos trabalhadores encontravam-se nesta faixa etária, conforme a tabela a seguir.

Tabela 1.4
Número de ocupados na Construção Civil, por posição na ocupação, segundo faixa etária. Bahia – 2000 e 2010

Faixa Etária	Com carteira			Conta própria ⁽¹⁾			Total ⁽²⁾		
	2000	2010	Variação (em%)	2000	2010	Variação (em%)	2000	2010	Variação (em%)
10 a 15 anos	(2)	(2)	-	(2)	(2)	-	3.162	(2)	-
16 a 24 anos	16.143	29.052	80,0	52.853	50.720	-4,0	70.338	81.102	15,3
25 a 39 anos	38.278	78.223	104,4	92.850	110.906	19,4	133.433	191.110	43,2
40 a 49 anos	17.504	33.065	88,9	41.110	61.620	49,9	60.240	95.973	59,3
50 anos e mais	8.293	24.309	193,1	26.915	45.572	69,3	36.744	71.480	94,5
Total	80.277	164.732	105,2	216.245	271.574	25,6	303.917	443.326	45,9

Fonte: Censo – IBGE

Elaboração: DIEESE

(1) Assalariados sem carteira assinada e autônomos.

(2) Inclui assalariados com e sem carteira assinada, autônomos e demais posições na ocupação (empregadores, trabalhadores familiares etc.)

(3) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

Tanto no Brasil como na Bahia, mais da metade dos ocupados na Construção Civil, em 2010, recebiam entre 1 e 2 salários mínimos. Como se pode observar na tabela 1.5, na Bahia, há maior parcela de ocupados nas faixas mais baixas de rendimento: 13,0% ganhavam até ½ salário mínimo, enquanto, no Brasil, eram 5,8%.

Tabela 1.5
Número e distribuição dos ocupados na Construção Civil no Brasil e na Bahia, segundo
faixas de rendimento bruto mensal do trabalho principal
Brasil e Bahia – 2010

Rendimento bruto mensal	Brasil		Bahia	
	n°	%	n°	%
Sem rendimento	18.062	0,3	(1)	(1)
Até 1/2 SM	368.281	5,8	57.826	13,0
Mais de 1/2 a 1 SM	719.929	11,4	80.283	18,1
Mais de 1 a 2 SM	3.629.419	57,6	243.275	54,9
Mais de 2 a 5 SM	1.243.450	19,7	43.580	9,8
Mais de 5 a 10 SM	195.186	3,1	7.414	1,7
Mais de 10 SM	91.391	1,5	(1)	(1)
Sem declaração	32.710	0,5	(1)	(1)
Total	6.298.429	100,0	443.327	100,0
Média (em R\$)	1.146,44		857,99	
Mediana (em R\$)	777,66		554,70	

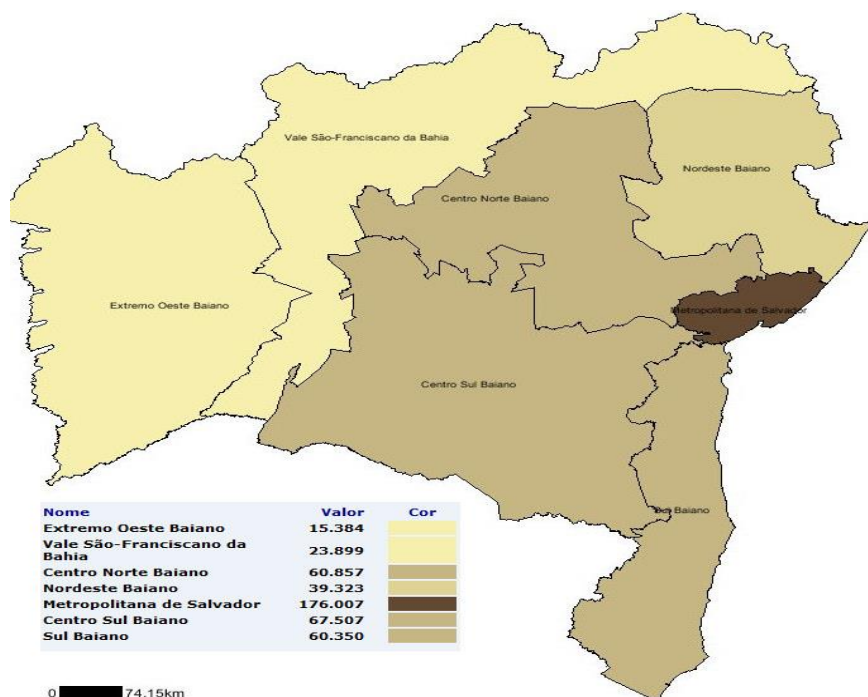
Fonte: Censo - IBGE

Elaboração: DIEESE

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

No mapa a seguir observa-se que a Região Metropolitana de Salvador responde pela grande maioria dos ocupados no setor da construção civil baiana.

Mapa 1- Número de ocupados na Construção Civil, por mesorregiões do
Estado da Bahia – 2010



Fonte: Censo 2010 - IBGE

Elaboração: DIEESE

Construção na Região Metropolitana de Salvador

No período de crise verificada no setor em 2002/2004, quando houve decréscimo do número de trabalhadores, foram as demissões de assalariados (com e sem carteira) que responderam pelo desempenho negativo do contingente de ocupados. Nesses anos, a ocupação de autônomos ampliou-se, relativamente.

Em 2010, o aumento da ocupação na Construção Civil na Região Metropolitana de Salvador - RMS deveu-se principalmente às contratações de assalariados com carteira de trabalho assinada. Já em 2011, a ocupação sem carteira assinada voltou a crescer no setor.

Tabela 1.6
Variação anual do número dos ocupados, por setor de atividade econômica
Região Metropolitana de Salvador – 2000 a 2011

(Base: 2000=100)

Anos	Indústria	Comércio	Serviços	Construção Civil ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Total
2001	1,1	3,3	1,6	4,8	3,1	2,2
2002	8,9	2,7	6,4	-6,1	-0,8	4,4
2003	8,2	1,0	2,8	-3,3	3,9	2,7
2004	2,9	7,8	5,3	-3,5	2,9	4,8
2005	11,0	0,4	2,3	7,1	2,1	3,0
2006	-0,9	5,3	2,6	16,4	-0,7	3,0
2007	7,5	6,9	7,4	9,9	-3,5	6,3
2008	0,0	-2,1	4,6	9,0	-1,4	2,7
2009	-4,6	5,6	0,4	15,3	-5,2	1,2
2010	4,1	6,1	5,4	16,3	2,3	5,9
2011	10,2	1,6	-3,6	16,6	9,2	0,9
Variação acumulada (em %)	58,4	45,6	40,8	114,5	11,7	43,8

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Inclui reformas e reparações de edificações

(2) Inclui serviços domésticos e outros setores de atividade não mencionados

Desde 2010, os assalariados formais com carteira assinada, ou seja, protegidos pelas regras trabalhistas e previdenciárias e pela negociação coletiva entabulada pelos sindicatos (acordos e convenções coletivas), passaram a ser maioria dentre os trabalhadores da Construção, em decorrência principalmente das grandes obras da construção pesada contratadas e executadas nesse momento. Em 2011, esses empregos representavam 52,8% do total - participação mais expressiva do que a observada em 2000.

O aumento dos trabalhadores com carteira foi acompanhado pela redução acentuada dos assalariados sem carteira de trabalho assinada, ou seja, daqueles imersos

em relações de trabalho ilegais. Estes representavam 18,9% em 2000 e passam a responder por apenas 7,1%, em 2011.

Já os autônomos ampliaram sua representação de 33,3%, em 2000, para 38,3%, no último ano da série. Este segmento ocupacional chegou a corresponder a mais de 47% da ocupação no setor nos anos de 2008-2009.

Tabela 1.7
Distribuição dos ocupados na Construção Civil, por posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador – 2000 a 2011

(em %)

Anos	Assalariados com carteira assinada	Assalariados sem carteira assinada	Autônomos	Total ⁽¹⁾
2000	43,2	18,9	33,3	100,0
2001	43,9	17,2	34,9	100,0
2002	41,7	16,4	37,2	100,0
2003	41,3	15,8	38,6	100,0
2004	39,9	15,9	40,2	100,0
2005	37,8	14,6	44,5	100,0
2006	41,2	10,8	45,1	100,0
2007	44,8	10,2	42,5	100,0
2008	41,8	9,1	47,1	100,0
2009	41,8	8,8	47,4	100,0
2010	51,3	6,3	40,7	100,0
2011	52,8	7,1	38,3	100,0

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Inclui assalariados com e sem carteira assinada, autônomos e demais posições na ocupação (empregadores, trabalhadores familiares etc)

Na tabela 1.8 destaca-se a predominância dos negros na construção na Região Metropolitana de Salvador e sua evolução na década, atingindo 88,4% do total de ocupados no último ano da série. A forte participação dos negros é uma característica importante do setor, seja em termos do país, do estado ou da RM.

Tabela 1.8
Distribuição dos ocupados da Região Metropolitana de Salvador, por posição na ocupação,
segundo cor

Região Metropolitana de Salvador – 2000 e 2011

Cor	Com carteira assinada		Conta própria ⁽¹⁾		Total ⁽²⁾	
	2000	2011	2000	2011	2000	2011
Negra	85,2	89	86,7	89,4	84,6	88,4
Não-negra	14,8	11	13,3	10,6	15,4	11,6
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Assalariados do setor privado sem carteira assinada e autônomos.

(2) Inclui assalariados com e sem carteira assinada, autônomos e demais posições na ocupação (empregadores, trabalhadores familiares etc)

No tocante à remuneração, na Construção Civil o rendimento médio dos trabalhadores apresentou um desempenho mais positivo do que o do conjunto dos ocupados, registrando um crescimento de 3,8%. Isso significa que, se em 2000, a média recebida pelos ocupados da construção civil correspondia a 86,4% da percebida pelo conjunto dos ocupados, em 2011 esse indicador passou a equivaler a 88,9%. Deve-se salientar que o crescimento do salário médio dos empregados com carteira assinada (6,7%) foi similar ao do rendimento dos conta própria (7,0%), considerando-se o período de 2000 a 2010. Nesse contexto, o dinamismo nos setores formal e informal foram equivalentes à medida que o mercado mostrava-se aquecido e demandante de mão de obra para todo tipo de construção, seja pequenas edificações seja grandes obras de infraestrutura.

Tabela 1.9
Rendimento real médio (1) dos ocupados na Construção Civil da Região
Metropolitana de Salvador, por posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador - 2000 e 2011

(em R\$ de novembro de 2011)

Anos	Com carteira assinada	Conta própria ⁽²⁾	Total ⁽³⁾
2000	1.006	640	897
2001	1.124	596	934
2002	1.051	631	913
2003	891	497	763
2004	989	506	793
2005	981	526	781
2006	964	523	760
2007	997	616	833
2008	1.207	646	925
2009	1.129	627	889
2010	1.171	685	960
2011	1.073	685	931
Variação (%)	6,7	7,0	3,8

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

(1) Inflator utilizado: IPC-SEI/BA.

II – PROTEÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO⁵

Indicadores de Proteção Social (Previdência e Assistência Social): Brasil e Região Metropolitana de Salvador

De acordo com a concepção definida pelo MPS no Quadro 2.1 apresentado abaixo, havia no Brasil, em 2011, 85,55 milhões de pessoas ocupadas de 16 a 59 anos, sendo 60,47 milhões de pessoas socialmente protegidas e 25,08 milhões de socialmente desprotegidas (29,3%).

O conceito de “Socialmente Protegidos” abarca o grupo composto pelos contribuintes do Regime Geral de Previdência Social; contribuintes dos Regimes Próprios e dos Segurados Especiais (Rurais) acrescido do total de Beneficiários (que totalizaram 916,23 mil pessoas). Isso significa que estavam cobertos pela previdência social – como contribuintes e beneficiários – 60,47 milhões de brasileiros (34,8 milhões de homens e 25,6 milhões de mulheres), correspondendo à taxa de cobertura de 70,7%. (Conforme a tabela 2.1)

Já aqueles ditos “socialmente desprotegidos” (25,08 milhões de pessoas, ou seja, 29,3% da população ocupada de 16 a 59 anos), subdividia-se em 10,16 milhões de pessoas que ganhavam menos do que 1 salário mínimo e 13,98 milhões que recebiam acima de 1 salário mínimo. Esse conjunto seria o público alvo a ser atingido pela política de expansão da cobertura da previdência, embora as primeiras apresentassem baixa capacidade contributiva para o seguro social.

⁵ Elaborado com base nas informações apresentadas por Andréa Rufato, representante do Ministério da Previdência Social, na primeira Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção realizada em Salvador, em 22 e 23 de agosto de 2013.

Quadro 2.1

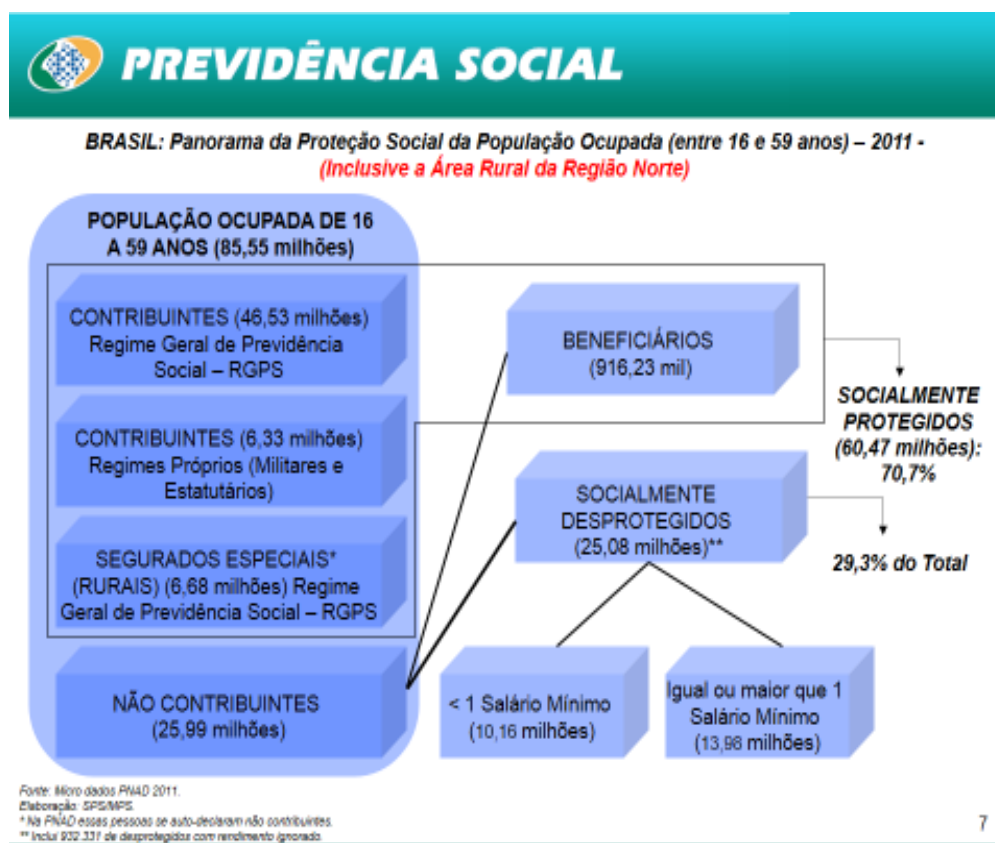


Tabela 2.1
Brasil: Proteção Previdenciária para População Ocupada entre 16 e 59 anos*, segundo Gênero

Categorias	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Contribuintes RGPS (A)	27.598.587	56,5%	18.937.216	51,5%	46.535.803	54,4%
Contribuintes RPPS (B)	2.656.685	5,4%	3.680.568	10,0%	6.337.253	7,4%
Militares	212.555	0,4%	4.776	0,0%	217.331	0,3%
Estatutários	2.444.130	5,0%	3.675.792	10,0%	6.119.922	7,2%
Segurados Especiais** (RGPS) (C)	4.231.432	8,7%	2.448.428	6,7%	6.679.860	7,8%
Não contribuintes (D)	14.324.095	29,3%	11.673.054	31,8%	25.997.149	30,4%
Total (E = A+B+C+D)	48.810.799	100,0%	36.739.266	100,0%	85.550.065	100,0%
Beneficiários não contribuintes*** (F)	387.986	0,8%	528.243	1,4%	916.229	1,1%
Trabalhadores Socialmente Protegidos (A+B+C+F)	34.874.690	71,4%	25.594.455	69,7%	60.469.145	70,7%
Trabalhadores Socialmente Desprotegidos (D-F)	13.936.109	28,6%	11.144.811	30,3%	25.080.920	29,3%
Desprotegidos com rendimento igual ou superior a 1 salário mínimo	9.235.152	18,9%	4.751.038	12,9%	13.986.190	16,3%
Desprotegidos com rendimento inferior a 1 salário mínimo	4.109.163	8,4%	6.053.236	16,5%	10.162.399	11,9%
Desprotegidos com rendimento ignorado	591.794	1,2%	340.537	0,9%	932.331	1,1%

Fonte: PNAD/IBGE – 2011.

Elaboração: SPS/MPS.

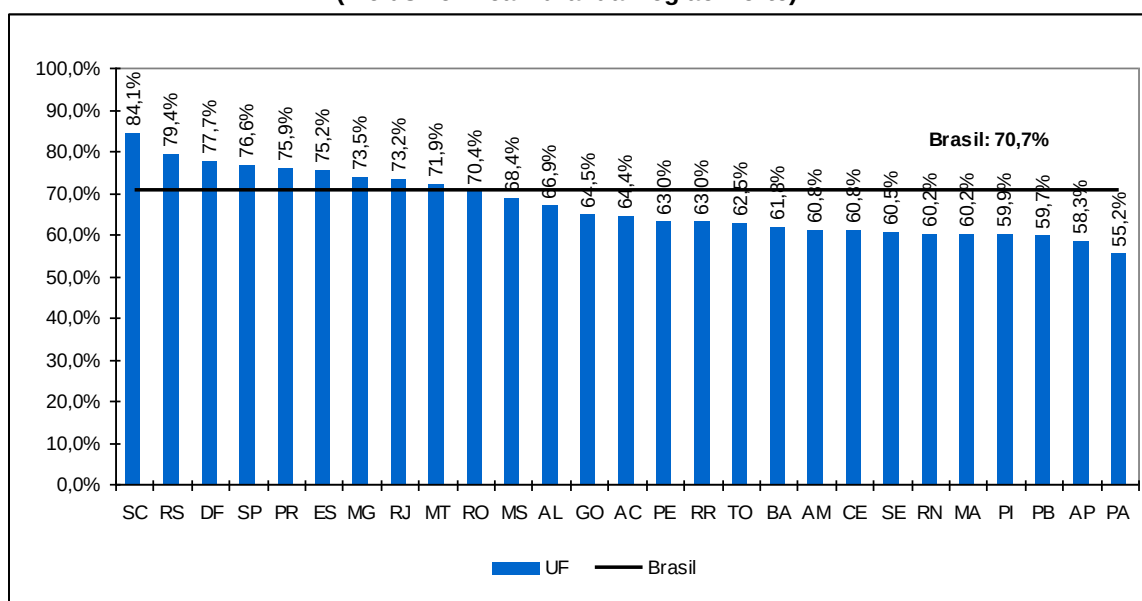
*Independentemente de critério de renda.

** Moradores da zona rural dedicados a atividades agrícolas, nas seguintes posições na ocupação: sem carteira, conta própria, produção para próprio consumo, construção para próprio uso e não remunerados, respeitada a idade entre 16 e 59 anos.

*** Trabalhadores ocupados (excluídos os segurados especiais) que, apesar de não contribuintes, recebem benefício previdenciário.

Embora a taxa de cobertura previdenciária seja de 70,7% para o país, verifica-se uma dispersão significativa, a depender da unidade da federação. Considerando-se a taxa de proteção previdenciária segundo os estados e o Distrito Federal, observa-se a melhor situação em Santa Catarina e a pior no Pará, com cobertura de 84,1% e 55,2%, respectivamente. Na Bahia, a população que contribuiu para a previdência e acessou os seus benefícios correspondeu a 61,8% em 2011.

Gráfico 2.1
Proteção por Unidade da Federação - 2011
(Inclusive Área Rural da Região Norte)



Fonte: PNAD/IBGE – 2011.

Elaboração: SPS/MPS.

*Independente de critério de renda.

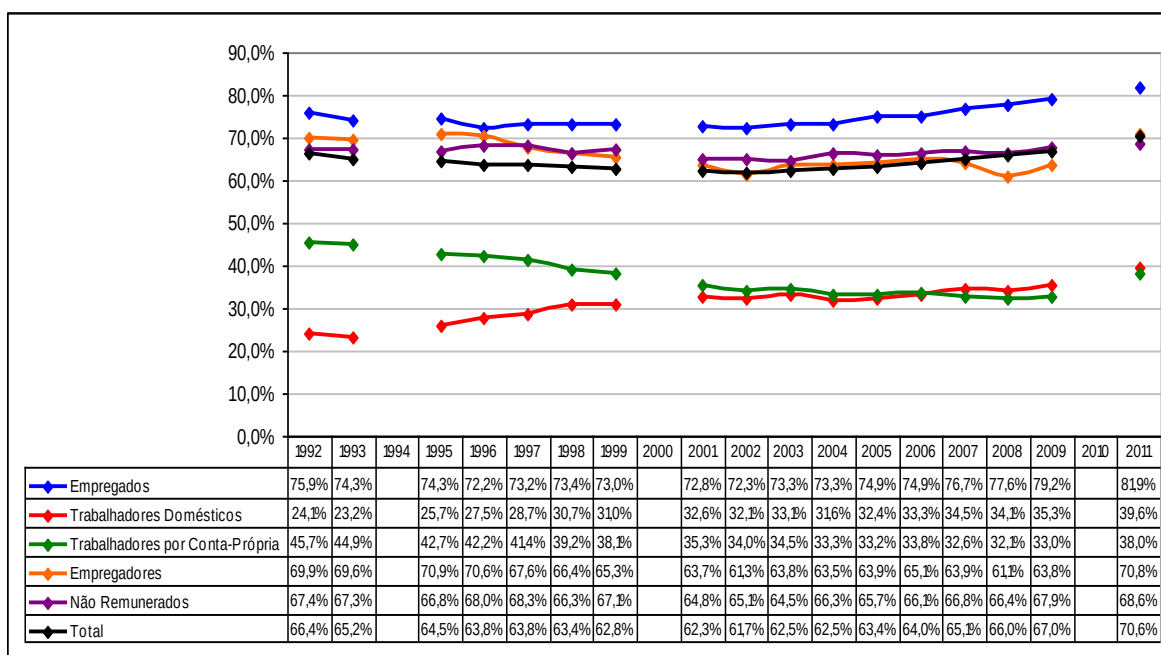
A taxa de proteção social tem sido acompanhada desde 1992. No tocante aos dados para o total de ocupados segundo a inserção ocupacional, verificou-se uma significativa elevação para os empregados (assalariados), de quase 6 pontos percentuais entre 1992 e 2011, alcançando 81,9%.

Já os autônomos, ou trabalhadores por conta própria, apresentaram uma trajetória de queda, iniciando a série com 45,7%, apresentando a menor taxa em 2008 (32,1%), e atingindo 38,0% em 2011, ou seja, a mais baixa taxa de proteção social dentre as inserções ocupacionais, inclusive o emprego doméstico. A recuperação recente pode ser atribuída à criação da contribuição do Micro Empreendedor Individual (MEI),

cujo programa foi instituído pela Lei Complementar nº 128, de 19 dezembro de 2008 e passou a funcionar efetivamente no segundo semestre de 2009.⁶

Tal vulnerabilidade da ocupação por conta própria permite considerá-la como prioritária para as políticas que visam a extensão e o avanço na proteção social no país.

Gráfico 2.2
Brasil: Evolução da Proteção dos Ocupados entre 16 e 59 anos, por Posição na Ocupação – 1992 a 2011
(Exclusive Área Rural da Região Norte, salvo Tocantins)



Fonte: PNAD/IBGE (Vários anos) - Elaboração: SPS/MPS.

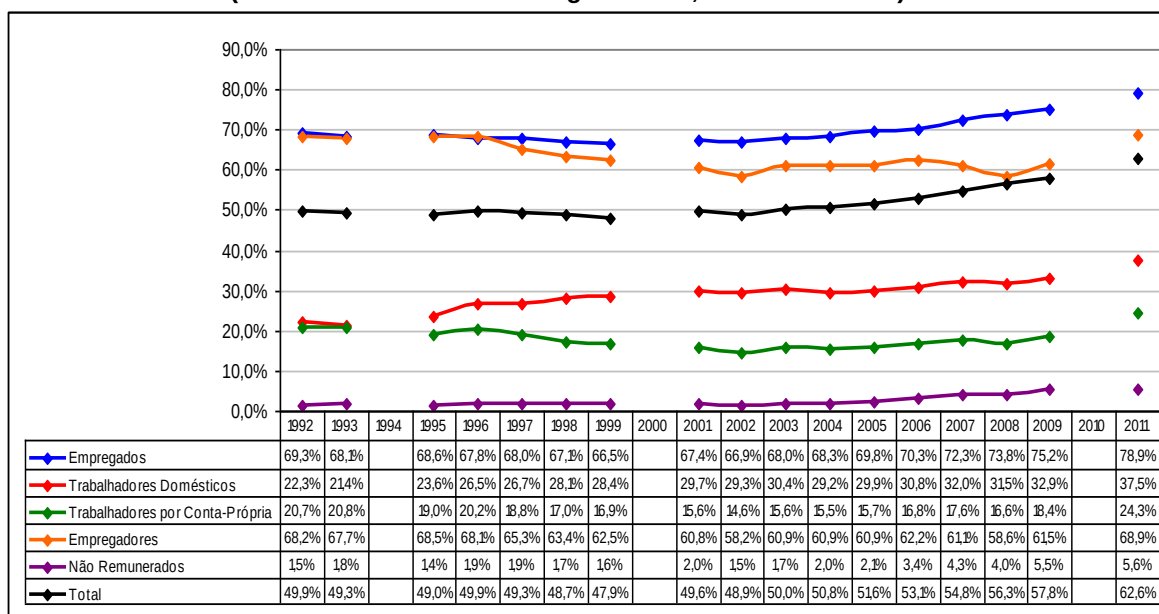
Obs.: Pessoas com idade entre 16 e 59 anos, independentemente de critério de renda. Na estimativa da cobertura total foram **considerados também militares e estatutários**.

* Inclusive Militares e Estatutários.

O acompanhamento da evolução da contribuição previdenciária, por seu turno, permite vislumbrar o esforço contributivo de acordo com a inserção ocupacional. Percebe-se que as taxas são muito próximas daquelas verificadas no estudo da proteção social, porém inferiores, correspondendo a 62,6% do total de ocupados, conforme o gráfico a seguir. Nesse sentido a estratégia de inclusão previdenciária passa também pela provisão de recursos para a previdência pública por meio de um avanço mais intenso das contribuições de todas as posições ocupacionais.

⁶ Desde 2010 até abril de 2013 foram inscritos no MEI quase 3 milhões de pessoas.

Gráfico 2.3
Evolução da Contribuição Previdenciária dos Ocupados entre 16 e 59 anos,
por Posição na Ocupação – 1992 a 2011 –
(Exclusive Área Rural da Região Norte, salvo Tocantins)



Fonte: PNAD/IBGE (Vários anos) - Elaboração: SPS/MPS.

Obs.: Pessoas com idade entre 16 e 59 anos, independentemente de critério de renda. Na estimativa da cobertura total foram **desconsiderados os militares e estatutários**.

* Exclusive Militares e Estatutários. Foram considerados apenas os potenciais segurados obrigatórios do RGPS.

Brasil: Proteção Social na Construção

A construção é um setor de atividade que se caracteriza por uma situação de baixa cobertura da previdência social. De acordo com o levantamento do Ministério da Previdência Social, de um total de 7.296.489 ocupados, 4.154.628 se encontravam socialmente desprotegidos em 2011. Vale dizer, a maioria dos trabalhadores no setor da construção (56,9%) encontravam-se desprotegidos.

Tabela 2.2
BRASIL: Proteção Social dos Trabalhadores com idade de 16 a 59 anos Ocupados na
Construção Civil - 2011

Categorias	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Contribuintes RGPS (A)	2.917.396	41,1%	136.306	67,4%	3.053.702	41,9%
Contribuintes RPPS (B)	13.141	0,2%	678	0,3%	13.819	0,2%
Militares	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Estatutários	13.141	0,2%	678	0,3%	13.819	0,2%
Segurados Especiais** (RGPS) (C)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Não contribuintes (D)	4.163.650	58,7%	65.318	32,3%	4.228.968	58,0%
Total (E = A+B+C+D)	7.094.187	100,0%	202.302	100,0%	7.296.489	100,0%
Beneficiários não contribuintes*** (F)	69.488	1,0%	4.852	2,4%	74.340	1,0%
Trabalhadores Socialmente Protegidos (A+B+C+F)	3.000.025	42,3%	141.836	70,1%	3.141.861	43,1%
Trabalhadores Socialmente Desprotegidos (D-F)	4.094.162	57,7%	60.466	29,9%	4.154.628	56,9%
Desprotegidos com rendimento igual ou superior a 1 salário mínimo	2.995.564	42,2%	23.490	11,6%	3.019.054	41,4%
Desprotegidos com rendimento inferior a 1 salário mínimo	944.882	13,3%	35.042	17,3%	979.924	13,4%
Desprotegidos com rendimento ignorado	153.716	2,2%	1.934	1,0%	155.650	2,1%

Fonte: PNAD/IBGE – 2011.

Elaboração: SPS/MPS.

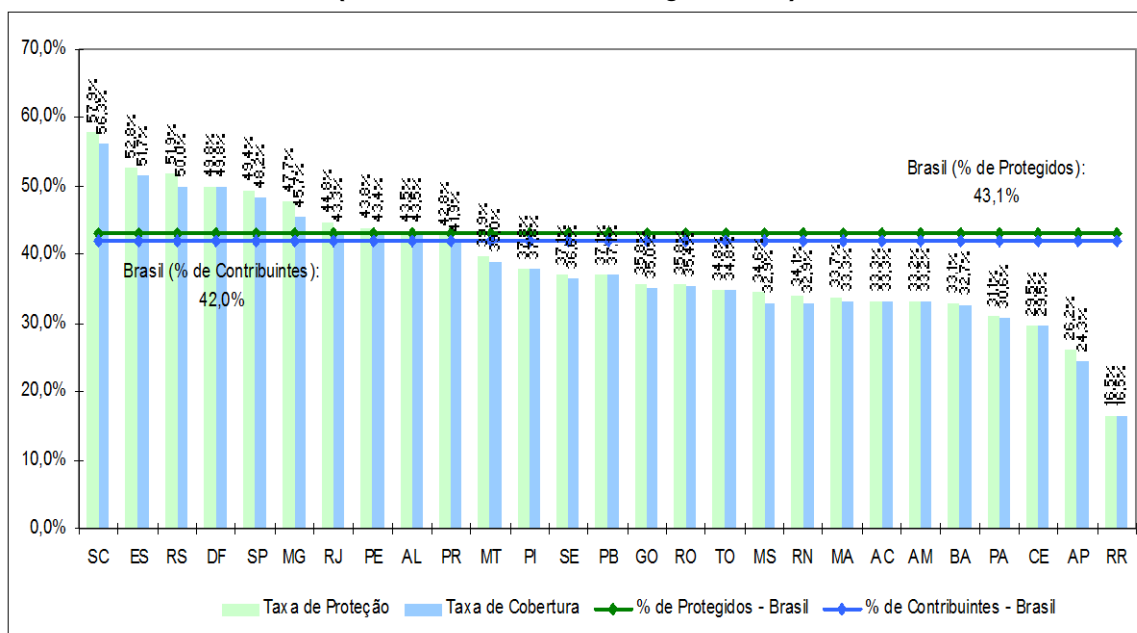
*Independentemente de critério de renda.

** Moradores da zona rural dedicados a atividades agrícolas, nas seguintes posições na ocupação: sem carteira, conta própria, produção para próprio consumo, construção para próprio uso e não remunerados, respeitada a idade entre 16 e 59 anos.

*** Trabalhadores ocupados (excluídos os segurados especiais) que, apesar de não contribuintes, recebem benefício previdenciário.

Na construção brasileira a proteção social e a contribuição dos ocupados no setor encontram-se em baixos patamares: 43,1% e 42,0% respectivamente. Ademais, as diferenças entre os estados da Federação são gritantes. Enquanto no estado de Santa Catarina essa taxas atingem 57,9% (taxa de proteção) e 56,3% (taxa de cobertura da contribuição previdenciária), em Roraima essas taxas não ultrapassam 16,5%, evidenciando as incontestáveis disparidades existentes para a população no território. Na Bahia, a construção também apresenta taxas pouco significativas: 33,1% e 32,7%, conforme o gráfico 2.3.

Gráfico 2.4
Proteção e Contribuição na Construção Civil por Unidade da Federação - 2011
(Inclusive Área Rural da Região Norte)



Fonte: PNAD/IBGE – 2011.

Elaboração: SPS/MPS.

*Independente de critério de renda.

Os principais indicadores da proteção social apontam para fenômenos preocupantes. Em primeiro lugar, considerando-se os montantes de contribuintes e beneficiários da previdência, vale dizer: o total de trabalhadores protegidos, é importante destacar que 2.380.007 empregados na construção do país são formalizados e, portanto, estão protegidos pela rede de proteção social existente. No âmbito das relações contratuais de trabalho, encontram-se também aqueles que não possuem carteira de trabalho e, em decorrência, não contribuem ou recebem benefícios⁷, totalizando um montante de 1.526.932 assalariados desprotegidos. Assim, cerca de 22,4% de trabalhadores encontram-se numa situação de ilegalidade, demonstrando a importância das ações e políticas de fiscalização, dentre outras, para o combate à informalidade em todo o território nacional.

No entanto, os dados permitem ainda observar um outro fenômeno que instiga a investigação minuciosa sobre esse setor de atividade. Trata-se da exclusão dos trabalhadores autônomos, ou conta própria, desse guarda-chuva de proteção.

⁷ As informações apresentadas permitem observar os contingentes residuais daqueles trabalhadores sem carteira que são: contribuintes (90.737) e beneficiários (14.790).

De fato, do total de trabalhadores por conta própria da construção (2.439.690), apenas 514.497 estão protegidos, ou seja, 17,4%. A grande maioria encontra-se desprotegida: 82,6%!

Já para os empregadores no setor, cujo montante total é de 205.906 pessoas, o mesmo não se aplica, uma vez que a maioria, 53,8%, encontram-se protegidos. Contudo, percebe-se que muito há que se fazer para o setor avançar na formalização das empresas.

Tabela 2.3
Brasil: Taxa de Contribuição, Taxa de Proteção e Proporção de Protegidos e Desprotegidos na Construção Civil, segundo Posição na Ocupação – 2011

Posição na Ocupação	Contribuintes (a)	(%)	Beneficiários NC (b)	(%)	Protegidos [c = (a+b)]	(%)	Desprotegidos (d)	(%)	Total [e = (c+d)]	(%)	Taxa de Contribuição (a/e)	Taxa de Proteção (c/e)
Empregado com Carteira	2.380.007	77,6%	-	-	2.380.007	75,8%	-	-	2.380.007	32,6%	100,0%	100,0%
Militar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estatutário	13.819	0,5%	-	-	13.819	0,4%	-	-	13.819	0,2%	100,0%	100,0%
Empregados sem Carteira	90.737	3,0%	14.790	19,9%	105.527	3,4%	1.526.932	36,8%	1.632.459	22,4%	5,6%	6,5%
Trabalhador Doméstico com Carteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhador Doméstico sem Carteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta-própria	469.199	15,3%	45.298	60,9%	514.497	16,4%	2.439.690	58,7%	2.954.187	40,5%	15,9%	17,4%
Empregador	108.334	3,5%	2.524	3,4%	110.858	3,5%	95.048	2,3%	205.906	2,8%	52,6%	53,8%
Empregados sem Declaração de Carteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Remunerado	5.425	0,2%	11.728	15,8%	17.153	0,5%	92.958	2,2%	110.111	1,5%	4,9%	15,6%
Total	3.067.521	100,0%	74.340	100,0%	3.141.861	100,0%	4.154.628	100,0%	7.296.489	100,0%	42,0%	43,1%

Fonte: PNAD/IBGE (Vários anos) - Elaboração: SPS/MPS.

Obs.: Pessoas com idade entre 16 e 59 anos, independentemente de critério de renda

No tocante à estrutura dos rendimentos, percebe-se que à medida que se elevam as faixas de salários também crescem as taxas de contribuição e de proteção. Assim, para os que ganham acima de 20 salários mínimos a taxa de contribuição e de proteção foi de 86,2% - quase o dobro daquelas encontradas para os que ganham de 1 a 2 SM. Por sua vez, nessa última faixa detectou-se o maior número absoluto e relativo de trabalhadores desprotegidos: 1.783.418 (43,5% do total de desprotegidos na construção). Assim, os trabalhadores mais pobres são os que menos acessam a proteção social nesse setor.⁸ (ver tabela 2.4)

⁸ Percebe-se ainda que a faixa entre 1 e 2 SM possui o maior número de protegidos (1.393.251), sendo, em decorrência, a maior frequência no total de trabalhadores por faixa de rendimento.

Tabela 2.4
Brasil: Taxa de Contribuição, Taxa de Proteção e Proporção de Protegidos e Desprotegidos
na Construção Civil, segundo Faixas de Rendimento - 2011

Faixas de Rendimento	Contribuintes (a)	(%)	Beneficiários NC (b)	(%)	Protegidos [c = (a+b)]	(%)	Desprotegidos (d)	(%)	Total [e = (c+d)]	(%)	Taxa de Contribuição (a/e)	Taxa de Proteção (c/e)
Menos de 1 SM	39.912	1,3%	22.682	30,5%	62.594	2,0%	979.924	23,6%	1.042.518	14,3%	3,8%	6,0%
Igual a 1 SM	299.575	9,8%	4.503	6,1%	304.078	9,7%	307.134	7,4%	611.212	8,4%	49,0%	49,8%
acima de 1 até 2 SM	1.367.623	44,6%	25.628	34,5%	1.393.251	44,3%	1.783.418	42,9%	3.176.669	43,5%	43,1%	43,9%
acima de 2 até 3 SM	691.609	22,5%	11.444	15,4%	703.053	22,4%	613.555	14,8%	1.316.608	18,0%	52,5%	53,4%
acima de 3 até 5 SM	345.123	11,3%	4.866	6,5%	349.989	11,1%	242.241	5,8%	592.230	8,1%	58,3%	59,1%
acima de 5 até 10 SM	151.955	5,0%	2.783	3,7%	154.738	4,9%	61.774	1,5%	216.512	3,0%	70,2%	71,5%
acima de 10 até 20 SM	46.777	1,5%	416	0,6%	47.193	1,5%	7.468	0,2%	54.661	0,7%	85,6%	86,3%
Acima de 20 SM	21.710	0,7%	-	-	21.710	0,7%	3.464	0,1%	25.174	0,3%	86,2%	86,2%
Ignorada	103.237	3,4%	2.018	0,02715	105.255	3,4%	155.650	3,7%	260.905	3,6%	39,6%	40,3%
Total	3.067.521	100,0%	74.340	100,0%	3.141.861	100,0%	4.154.628	100,0%	7.296.489	100,0%	42,0%	43,1%

Fonte: PNAD/IBGE (Vários anos) - Elaboração: SPS/MPS.

Obs.: Pessoas com idade entre 16 e 59 anos, independentemente de critério de renda.

SALVADOR/BA (Região Metropolitana): Proteção Social dos Trabalhadores com idade de 16 a 59 anos Ocupados na Construção Civil

As informações para a Região Metropolitana de Salvador revelam a existência de 203.850 ocupados na construção em 2011, sendo 111.682 protegidos (54,8%) e 92.168 desprotegidos (45,2%). A proporção de protegidos é maior do que a registrada para o Brasil (43,1%), revelando que a informalidade é menor na região metropolitana onde a atuação sindical e a fiscalização dos órgãos públicos apresenta maior eficácia, embora ainda seja insuficiente.

Conforme vimos no item anterior, a participação das mulheres não é significativa, representando menos de 4% do total de ocupados.

Tabela 2.5
SALVADOR/BA (Região Metropolitana): Proteção Previdenciária dos Ocupados, entre 16 e 59 anos, na Construção Civil, segundo Gênero*

Categorias	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Contribuintes RGPS (A)	103.276	52,7%	6.005	76,9%	109.281	53,6%
Contribuintes RPPS (B)	300	0,2%	-	0,0%	300	0,1%
Militares	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Estatutários	300	0,2%	-	0,0%	300	0,1%
Segurados Especiais** (RGPS) (C)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Não contribuintes (D)	92.467	47,2%	1.802	23,1%	94.269	46,2%
Total (E = A+B+C+D)	196.043	100,0%	7.807	100,0%	203.850	100,0%
Beneficiários não contribuintes*** (F)	2.101	1,1%	0	0,0%	2.101	1,0%
Trabalhadores Socialmente Protegidos (A+B+C+F)	105.677	53,9%	6.005	76,9%	111.682	54,8%
Trabalhadores Socialmente Desprotegidos (D-F)	90.366	46,1%	1.802	23,1%	92.168	45,2%
Desprotegidos com rendimento igual ou superior a 1 salário mínimo	47.131	24,0%	1.201	15,4%	48.332	23,7%
Desprotegidos com rendimento inferior a 1 salário mínimo	37.232	19,0%	601	7,7%	37.833	18,6%
Desprotegidos com rendimento ignorado	6.003	3,1%	0	0,0%	6.003	2,9%

Fonte: PNAD/IBGE – 2011.

Elaboração: SPS/MPS.

*Independentemente de critério de renda.

** Moradores da zona rural dedicados a atividades agrícolas, nas seguintes posições na ocupação: sem carteira, conta própria, produção para próprio consumo, construção para próprio uso e não remunerados, respeitada a idade entre 16 e 59 anos.

*** Trabalhadores ocupados (excluídos os segurados especiais) que, apesar de não contribuintes, recebem benefício previdenciário.

Considerando-se os tipos de inserções ocupacionais na construção da região metropolitana, constata-se que os assalariados desprotegidos, ou seja, aqueles sem carteira assinada, correspondem a 19,3% do total, parcela inferior àquela encontrada para o setor no Brasil (22,4%).

De outro lado, 81,7% dos trabalhadores por conta própria da construção na MR de Salvador estavam desprotegidos em 2011.⁹ Esse expressivo contingente de trabalhadores que estavam excluídos da rede de proteção revelavam os limites dos instrumentos de inclusão existentes, a exemplo da inscrição no programa do Micro Empreendedor Individual – MEI, que parece não ter sido atrativo até o momento para esses trabalhadores autônomos.

⁹ Apenas 10.206 pessoas são contribuintes da Previdência Social, ou seja, apenas 16,3% dos conta própria contribuem para a previdência social.

Tabela 2.6
SALVADOR/BA (Região Metropolitana): Taxa de Contribuição, Taxa de Proteção e Proporção de Protegidos e Desprotegidos na Construção Civil, segundo Posição na Ocupação - 2011

Posição na Ocupação	Contribuintes (a)	(%)	Beneficiários NC (b)	(%)	Protegidos [c = (a+b)]	(%)	Desprotegidos (d)	(%)	Total [e = (c+d)]	(%)	Taxa de Contribuição (a/e)	Taxa de Proteção (c/e)
Empregado com Carteira	96.073	87,7%	-	-	96.073	86,0%	-	-	96.073	47,1%	100,0%	100,0%
Militar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estatutário	300	0,3%	-	-	300	0,3%	-	-	300	0,1%	100,0%	100,0%
Empregados sem Carteira	1.201	1,1%	600	28,6%	1.801	1,6%	37.532	40,7%	39.333	19,3%	3,1%	4,6%
Trabalhador Doméstico com Carteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhador Doméstico sem Carteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta-própria	10.206	9,3%	1.201	57,2%	11.407	10,2%	51.031	55,4%	62.438	30,6%	16,3%	18,3%
Empregador	1.801	1,6%	-	-	1.801	1,6%	1.503	1,6%	3.304	1,6%	54,5%	54,5%
Empregados sem Declaração de Carteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Remunerado	-	-	300	14,3%	300	0,3%	2.102	2,3%	2.402	1,2%	-	12,5%
Total	109.581	100,0%	2.101	100,0%	111.682	100,0%	92.168	100,0%	203.850	100,0%	53,8%	54,8%

Fonte: PNAD/IBGE (Vários anos) - Elaboração: SPS/MPS.

Obs.: Pessoas com idade entre 16 e 59 anos, independentemente de critério de renda.

Note-se que os beneficiários de programas da assistência, que não são contribuintes, totalizaram apenas 2.101 trabalhadores na RM de Salvador, na construção, dentre: os empregados sem carteira, conta-própria e não remunerados.

Diferentemente do que foi evidenciado para o Brasil, a construção na RM de Salvador possui uma estrutura salarial em que a faixa de 1 salário mínimo apresenta taxas de contribuição e proteção – 71,3% e 72,4%, respectivamente - mais altas do que aquelas encontradas para os que ganham acima de 20 salários mínimos: 66,7%. Esse resultado pode ser atribuído ao papel do movimento sindical que atua na fiscalização dos registros em carteira do trabalho e na conscientização dos conta própria de baixa renda sobre a necessidade de recolher suas contribuições para o sistema do seguro social. Essa atuação revela-se mais eficiente no meio urbano, que conta com o efeito demonstração para a difusão da educação previdenciária e das vantagens de integrar-se ao sistema. Já aqueles autônomos de renda elevada têm capacidade contributiva para buscar outros esquemas privados.

Tabela 2.7
SALVADOR/BA (Região Metropolitana): Taxa de Contribuição, Taxa de Proteção e Proporção de Protegidos e Desprotegidos na Construção Civil, segundo Faixas de Rendimento - 2011

Faixas de Rendimento	Contribuintes (a)	(%)	Beneficiários NC (b)	(%)	Protegidos [c = (a+b)]	(%)	Desprotegidos (d)	(%)	Total [e = (c+d)]	(%)	Taxa de Contribuição (a/e)	Taxa de Proteção (c/e)
Menos de 1 SM	2.400	2,2%	600	28,6%	3.000	2,7%	37.833	41,0%	40.833	20,0%	5,9%	7,3%
Igual a 1 SM	18.618	17,0%	300	14,3%	18.918	16,9%	7.206	7,8%	26.124	12,8%	71,3%	72,4%
acima de 1 até 2 SM	57.039	52,1%	901	42,9%	57.940	51,9%	30.921	33,5%	88.861	43,6%	64,2%	65,2%
acima de 2 até 3 SM	15.312	14,0%	300	14,3%	15.612	14,0%	5.703	6,2%	21.315	10,5%	71,8%	73,2%
acima de 3 até 5 SM	7.806	7,1%	-	-	7.806	7,0%	2.701	2,9%	10.507	5,2%	74,3%	74,3%
acima de 5 até 10 SM	2.701	2,5%	-	-	2.701	2,4%	900	1,0%	3.601	1,8%	75,0%	75,0%
acima de 10 até 20 SM	1.501	1,4%	-	-	1.501	1,3%	300	0,3%	1.801	0,9%	83,3%	83,3%
Acima de 20 SM	1.202	1,1%	-	-	1.202	1,1%	601	0,7%	1.803	0,9%	66,7%	66,7%
Ignorada	3.002	2,7%	-	-	3.002	2,7%	6.003	6,5%	9.005	4,4%	33,3%	33,3%
Total	109.581	100,0%	2.101	100,0%	111.682	100,0%	92.168	100,0%	203.850	100,0%	53,8%	54,8%

Fonte: PNAD/IBGE (Vários anos) - Elaboração: SPS/MPS.

Obs.: Pessoas com idade entre 16 e 59 anos, independentemente de critério de renda.

III – A EXPERIÊNCIA DO PARANÁ COM O PROGRAMA DE INCENTIVO À FORMALIZAÇÃO¹⁰

Considera-se a construção - civil e pesada – uma indústria intensiva em mão de obra. De acordo com o CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego, a construção empregava 8,0% dos empregados formais do país e 6,2% do Paraná em 2012, aparecendo em 4º lugar na estrutura ocupacional. (Tabela 3.1)

Esse setor de atividade também se caracteriza pelo emprego de trabalhadores sem registro em carteira e contratação de empresas terceirizadas, em especial nas pequenas edificações e nas obras de saneamento e terraplanagem, cujos trabalhadores não contam com os benefícios da legislação trabalhista e previdenciária. Note-se que a informalidade não é detectada apenas na contratação de trabalhadores sem registro, mas também em diversas situações da atividade empresarial, tais como: na compra de materiais sem nota fiscal, na sonegação tributária e na execução de obras sem alvará, entre outras.

¹⁰ Elaborado com base na apresentação de Euclésio Manoel Finatti, 2º. Vice Presidente Administrativo do Sinduscon – PR, na primeira Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção realizada em Salvador, em 22 e 23 de agosto de 2013.

Tabela 3.1
Participação relativa dos empregados nos subsetores de atividade no total de empregos formais – Brasil, 2012

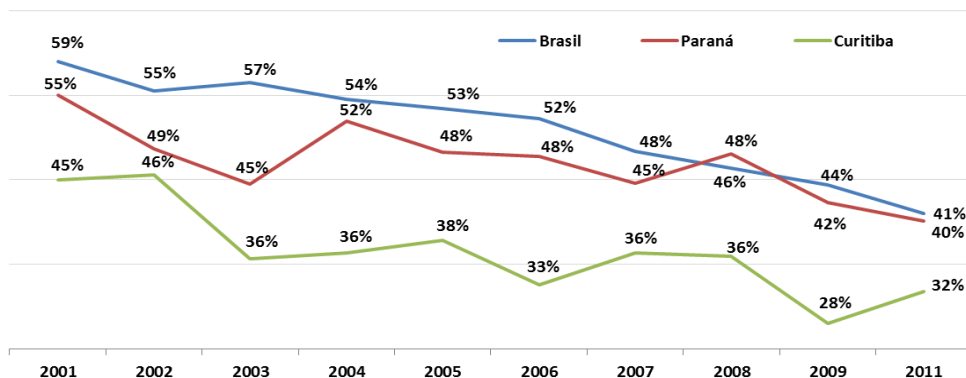
Sector	Brasil	Paraná
1º Comércio varejista	18,4%	19,9%
2º Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	14,0%	12,5%
3º Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico	11,7%	9,4%
4º Construção civil	8,0%	6,2%
5º Transportes e comunicações	5,5%	5,7%
6º Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	4,6%	6,8%
7º Serviços médicos, odontológicos e veterinários	4,3%	3,5%
8º Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	4,2%	4,3%
9º Ensino	3,9%	3,5%
10º Comércio atacadista	3,7%	4,0%
11º Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	2,6%	3,7%
12º Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	2,4%	2,6%
13º Administração pública direta e autárquica	2,2%	1,4%
14º Indústria metalúrgica	2,0%	1,9%
15º Instituições de crédito, seguros e capitalização	1,7%	1,6%
16º Indústria mecânica	1,6%	2,0%
17º Indústria do material de transporte	1,6%	1,7%
18º Indústria de produtos minerais não metálicos	1,2%	1,3%
19º Indústria da madeira e do mobiliário	1,2%	3,2%
20º Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1,0%	1,4%
21º Serviços industriais de utilidade pública	1,0%	1,0%
22º Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	0,9%	0,8%
23º Indústria de calçados	0,9%	0,1%
24º Indústria do material elétrico e de comunicações	0,8%	1,1%
25º Extrativa mineral	0,6%	0,3%
Total da Seleção	100,0%	100,0%

Por subsetor de atividade econômica segundo IBGE

Fonte: CAGED – MTE

Em 2011 havia 7,8 milhões de pessoas ocupadas (empregados, autônomos, empregadores, autoconstrução etc.) na construção civil brasileira: 3,6 milhões de trabalhadores por conta própria - autônomos, empregadores e envolvidos com autoconstrução e 4,2 milhões de empregados, segundo a PNAD/IBGE. A informalidade no país, que abrangia os assalariados sem carteira e conta própria, caiu de 59% para 41% na década, frente à queda em Curitiba de 45% para 32%, ou seja, 13 pontos percentuais.

Gráfico 3.1
Evolução da Informalidade na Construção Civil - PNAD (IBGE)



Fonte: PNAD-IBGE

Situação da Construção no Paraná (PNAD 2011):

- ✓ 488 mil pessoas ocupadas na construção;
- ✓ 240 mil empregadores, autônomos e envolvidos na autoconstrução;
- ✓ 244 mil empregados, sendo 59,9% desses com carteira assinada.

Criação do Comitê de Incentivo à Formalização:

Em razão da elevada incidência da informalidade e, portanto, da prática generalizada da concorrência desleal por meio do descumprimento da legislação trabalhista e das normas de saúde e segurança no trabalho, com o fim de reduzir custos e desvirtuar a concorrência, o Sinduscon-PR e diversas outras entidades públicas e privadas do estado do Paraná, assinaram, em outubro de 2001, convênio de cooperação para combater a informalidade no mercado de trabalho da construção civil.¹¹



Entidades Participantes:

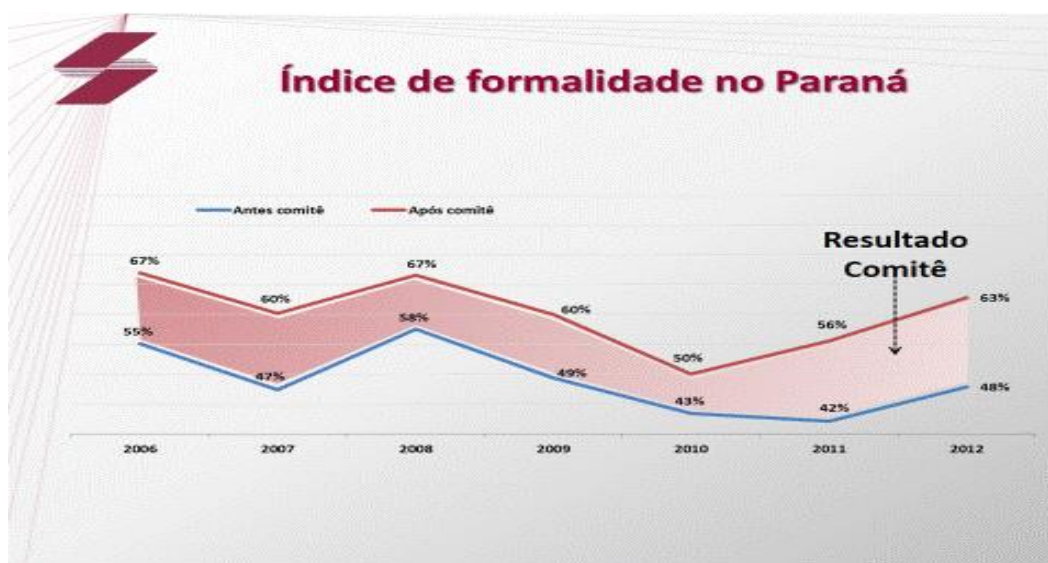
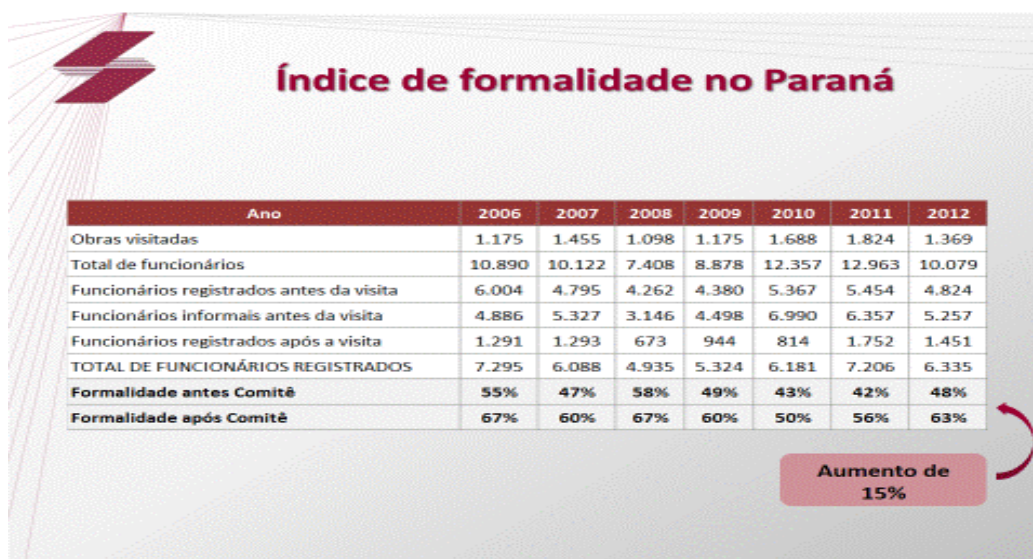
Entidades participantes do Comitê: Sinduscon-PR; DIEESE; Sinduscon-Norte/PR; SMTE; Sinduscon-Noroeste/PR; FIABCI; Sinduscon-Oeste/PR; Sineltepar; Secovi-PR; Fundacentro; Crea-PR; Asbea-PR; Ademi-PR; FIEP; MPT (PRT 9ª Região); SETP; Apeop-PR; Fetraconspar; SRTE-PR; IEP; INSS.

O objetivo dessa parceria inédita foi estabelecer atribuições e procedimentos a serem adotados na promoção de ações de incentivo à formalização e de fiscalização das obras realizadas no estado. Nesse contexto, o Comitê Diretor passou a se reunir

¹¹ Objetivo do convênio de cooperação: “estimular o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, contribuindo para a melhora da qualidade do emprego e das condições de segurança do trabalhador, aumentando, com isto, a produtividade e qualidade no setor da construção civil paranaense”.

mensalmente com o objetivo de estabelecer as seguintes ações: 1) visitas aos canteiros de obras, com o monitoramento do *check list* de itens de segurança no trabalho e exigência do registro dos trabalhadores; 2) realização de seminários com intuito de orientar empresas, empreiteiros e proprietários de obras, sobre normas de segurança do trabalho e legislação trabalhista; 3) elaboração de cartilha orientadora para ampla distribuição (ver <http://www.dieese.org.br/projetos/informalidade/cartilhaCuritiba.pdf>.)

Os resultados alcançados podem ser aferidos pelo gráfico e tabelas apresentadas a seguir, que indicam ter havido um incremento de 15% dos registros em carteira em 2012, após a atuação do Comitê.



A longa experiência acumulada do Comitê permitiu a confirmação *in loco* dos indicadores que apontavam a elevada incidência da informalidade no setor. Percebeu-se, ademais, a sua ocorrência principalmente nas obras de propriedade de pessoas físicas; com utilização de empreitadas com autônomos e subcontratações informais.

Em suma, a informalidade é uma realidade que deve ser enfrentada por toda a sociedade e governos, à medida que desencadeia uma série de eventos deletérios, tais como: precarização dos empregos; ausência de arrecadação dos tributos para financiar as políticas públicas, fraudes e, portanto, baixa qualidade dos serviços e produtos finais, comprometendo o consumidor final; insegurança jurídica, passivos trabalhistas, banalização da concorrência desleal, dentre outros.

IV – A EXPERIÊNCIA DA MESA NACIONAL TRIPARTITE DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO¹²

Em 1º de março de 2013 foi celebrado o “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção” que, por sua vez, criou a **Mesa Nacional Tripartite Permanente para a Melhoria das Condições de Trabalho na Indústria da Construção**, de caráter tripartite e paritária. Essa passou a reunir as seguintes entidades: o Governo Federal, representado pela Casa Civil e pela Secretaria-Geral da Presidência da República, e pelos Ministérios do trabalho, da Previdência Social, do Esporte, do Planejamento, da Educação, do Desenvolvimento Social, das Cidades, Minas e Energia, Integração, Transportes e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; o setor empresarial e as centrais sindicais e entidades nacionais de trabalhadores do setor.¹³

¹² Elaborado com base na apresentação de José Feijó, Assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República, na primeira Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção realizada em Salvador, em 22 e 23 de agosto de 2013

¹³ Celebraram o Compromisso as seguintes instituições: Sindicato nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON), Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), CUT, Força Sindical, NCST, UGT. Participaram da elaboração do Compromisso, além das entidades já citadas: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção (CONTICOM), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Construção e Mobiliário (CONTRICOM) e a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada (FENATRACOP), com a assessoria do DIEESE.

Até o presente momento registra-se a cobertura, e consequente proteção de cerca de 100 mil trabalhadores, mediante a adesão ao Compromisso de 20 empresas, 20 obras e 28 representações sindicais.

De uma forma sintética, é possível descrever os termos do Compromisso enumerando-se os principais pontos a seguir:

Recrutamento, Pré-Seleção e Seleção:

“Para coibir a prática de intermediação ilícita (o chamado “gato”) e a contratação precária de trabalhadores, o Compromisso traz orientações claras sobre como devem ser os processos de recrutamento, intermediação, pré-seleção e seleção para as obras. Essa iniciativa dá institucionalidade ao processo de contratação e prioriza o Sistema Nacional de Emprego (Sine), do governo federal, que terá sua estrutura fortalecida em todo o país para apoiar as necessidades do empresário e do trabalhador.

Formação e Qualificação:

O compromisso garante aos operários qualificação social e profissional, com formação em temas como cidadania e direitos do trabalhador, processo de trabalho e sua relação com a saúde, e mecanismos de regulação e proteção à saúde. Também estão previstas medidas de desenvolvimento locais que contemplem a alfabetização, a elevação do nível de escolaridade e a qualificação da mão de obra.

Saúde e Segurança:

Nesse item o Compromisso prevê estratégias tanto para garantir o cumprimento da legislação já existente, como para a implementação de medidas adicionais de prevenção de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho, especialmente no que diz respeito à capacitação, dispositivos de proteção coletiva, equipamentos de proteção individual, acompanhamento da saúde ocupacional, além do direito à informação e o exercício, pelos trabalhadores, do direito de recusa em situação de risco grave e iminente.

Representação Sindical:

Considerada um dos avanços mais importantes do Compromisso, a representação sindical no local de trabalho significa uma garantia a mais para os trabalhadores das obras. Sua principal premissa é a ampliação do diálogo social em todos os níveis, com base na negociação, na troca de informações e na consulta entre as partes envolvidas, no sentido de buscar soluções para os problemas específicos de cada obra em relação a processos de trabalho, mudanças organizacionais e condições contratuais, entre outras questões.

Condições de trabalho:

Pelo compromisso, deve ser garantido ambiente de trabalho seguro e saudável ao trabalhador, por meio de mecanismos de negociação coletiva. Ao governo federal cabe ampliar as condições de segurança, combatendo o crime organizado e o tráfico de drogas nas áreas próximas das obras. Já o empregador deve garantir alojamento, alimentação, treinamento em equipamentos e máquinas, transporte, além de manter o processo de contratação de mão de obra dentro das normas legais.

Relações com a Comunidade:

O acordo estabelece padrões de relacionamento e compensações sociais sempre que houver alterações na vida das pessoas ou do meio ambiente em torno da obra. A

identificação dessas alterações será feita por meio da avaliação de relatórios de impacto social e ambiental e pelo monitoramento do processo construtivo, entre outros instrumentos. Devem ser previstos recursos para realocação de moradores e implementação de políticas públicas de combate à exploração de crianças e adolescentes, ao tráfico de drogas e ao crime organizado, além de programas de elevação da escolaridade e qualificação profissional da população próxima aos canteiros.” Secretaria-Geral da Presidência da República: “Compromisso Nacional – Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção”. Mar/2013.

QUADRO GERAL: PRINCIPAIS RESULTADOS

O diagnóstico construído coletivamente na primeira Oficina de Diálogo Social realizada em agosto de 2013 com os atores sociais participantes do Piloto da Construção apontou para o seguinte quadro geral:

- A atividade da construção no país atravessa um período de notória expansão. Os investimentos previstos para os próximos anos apontam para a continuidade do crescimento do setor e, conseqüentemente, do emprego. Entretanto, o bom desempenho obtido nos últimos anos se refletiu pouco na melhora das condições de trabalho. Mesmo com o movimento de formalização e as conquistas nas negociações coletivas, o setor ainda apresenta altos índices de informalidade e de rotatividade. Assim, em geral os trabalhadores ainda são submetidos a condições muito precárias, o que motivou as greves deflagradas nas obras do PAC em 2011, que se desdobraram na criação da Mesa Nacional Tripartite Permanente da Indústria da Construção, conforme relatado no item 4;
- Segundo informações do Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE (SAG/DIEESE), a principal reivindicação dos mais de 160 mil operários da construção que cruzaram os braços em março de 2011 foram as condições degradantes de trabalho, cujas reclamações estenderam-se desde as excessivas jornadas de trabalho até a falta de condições de higiene nos canteiros de obra;
- Com respeito ao dinamismo do mercado de trabalho do setor, na década de 2000 a 2010 foram gerados 1,7 milhão de novas ocupações. A forma de contratação que respondeu pela maior parte do aumento de postos foi o assalariamento com carteira assinada, com um incremento de mais de 1,1 milhão de pessoas e variação de 91,3% entre 2000 e 2010;
- Nos anos 2000, houve ademais a ampliação de 34,3% no número de trabalhadores por conta própria no setor, o que correspondeu a quase 600 mil trabalhadores. Observou-se, ainda que em menor intensidade, um crescimento de 5,0% no número de assalariados sem carteira de trabalho assinada, o que equivaleu a 75 mil ocupações. Mesmo diante desse crescimento absoluto do contingente informal, a década caracterizou-se pela formalização das relações de trabalho e inclusão previdenciária;
- A evolução da ocupação na Construção Civil na Bahia apresentou um comportamento superior ao do país: 45,9%, entre 2000 e 2010, frente aos 38,3%

verificado no país. Observou-se aumentos mais expressivos entre os assalariados com carteira de trabalho assinada (105,2%) e os trabalhadores por conta própria (47,4%). Na Região Metropolitana de Salvador os autônomos, ou conta própria, ampliaram sua representação de 33,3%, em 2000, para 38,3%, no último ano da série. Este segmento ocupacional chegou a corresponder a mais de 47% da ocupação no setor nos anos de 2008-2009;

- As mulheres, que representavam 3,54% do total de ocupados em 2000, perderam espaço relativo para os homens e, em 2010, passaram a representar apenas 2,83% desse total;
- Os dados revelam certo envelhecimento da mão-de-obra na Construção Civil brasileira, tanto nos assalariados com carteira e sem carteira, como entre os conta própria. As faixas etárias que apresentaram taxas de crescimento mais significativas foram as das pessoas de 40 a 49 anos (47,3%) e de 50 anos e mais (95,1%). Mais de 1 milhão de ocupados com mais de 40 anos ingressaram nesse setor, representando quase dois terços dos novos postos de trabalho criados no período. Dessa forma, esse segmento etário, que em 2000 representava 36,0% da força de trabalho na Construção, passou a responder em 2010 por 43,2%. Também na Bahia verificou-se o envelhecimento dos trabalhadores da Construção. Os trabalhadores com 50 anos ou mais passaram de 12% em 2000 para 16% em 2010;
- Destaca-se a predominância dos negros na construção na Região Metropolitana de Salvador e sua evolução na década, atingindo 88,4% do total de ocupados no último ano da série. A forte participação dos negros é uma característica importante do setor, seja em termos do país, do estado ou da RM;
- O setor é marcado, ademais, pelas baixas remunerações. Tanto no Brasil como na Bahia mais da metade dos ocupados na Construção Civil, em 2010, recebiam entre 1 e 2 salários mínimos. Na Bahia, há maior parcela de ocupados nas faixas mais baixas de rendimento: 13,0% ganhavam até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, enquanto, no Brasil, eram 5,8%;
- A construção é um setor de atividade que se caracteriza por uma situação de baixa cobertura da previdência social. De acordo com o levantamento do Ministério da Previdência Social, de um total de 7.296.489 ocupados, 4.154.628 se encontravam socialmente desprotegidos em 2011. Vale dizer, a maioria dos trabalhadores no setor da construção (56,9%) encontravam-se desprotegidos;
- Verificou-se, na construção a existência de um montante de 1.526.932 assalariados desprotegidos. Assim, cerca de 22,4% de trabalhadores encontram-se numa situação de ilegalidade, demonstrando a importância das ações e políticas de fiscalização, dentre outras, para o combate à informalidade em todo o território nacional;
- Os dados permitem ainda observar um outro fenômeno que instiga a investigação minuciosa sobre esse setor de atividade. Trata-se da exclusão dos trabalhadores autônomos, ou conta própria, da rede de proteção social. De fato, do total de trabalhadores por conta própria da construção (2.439.690), apenas

514.497 estavam protegidos, ou seja, 17,4%. A grande maioria - 82,6% - encontrava-se desprotegida;

- Na Bahia, as taxas de proteção e de contribuição verificadas na construção apresentaram patamares ínfimos: 33,1% e 32,7%, respectivamente, indicando a necessidade de sua elevação, inclusive diante da taxa de proteção social do país: 70,7%;
- Em razão da elevada incidência da informalidade e, portanto, da prática generalizada da concorrência desleal por meio do descumprimento da legislação trabalhista e das normas de saúde e segurança no trabalho, com o fim de reduzir custos e desvirtuar a concorrência, o Sinduscon-PR e diversas outras entidades públicas e privadas do estado do Paraná, assinaram, em outubro de 2001, convênio de cooperação para combater a informalidade no mercado de trabalho da construção civil. Os resultados dessa atuação mostraram-se profícuos. Em 2012, 1.451 trabalhadores foram registrados após as visitas do Comitê de Incentivo à Formalização;
- Por fim, foram mapeados os segmentos da construção pesada que evidenciam maior descumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, como também das normas de saúde e segurança no trabalho, quais sejam: saneamento básico; pavimentação asfáltica; terraplanagem e adutoras, merecendo, portanto atenção especial das medidas e políticas em prol da formalização na indústria da construção.

ANEXO:

Relatório circunstanciado:

Visitas de Campo e I Oficina de Diálogo Social

PROJETO:

**ESTRATÉGIAS PARA REDUÇÃO DA INFORMALIDADE NO EMPREGO
DOMÉSTICO, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO – BARES E RESTAURANTES E
NA CONSTRUÇÃO CIVIL**

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO:

**VISITAS DE CAMPO E I OFICINA DE DIÁLOGO SOCIAL DO PILOTO DA
CONSTRUÇÃO**

21 E 22 DE NOVEMBRO DE 2012

05 E 06 DE JUNHO DE 2013

22 E 23 DE AGOSTO DE 2013


**DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	38
DESCRIÇÃO DOS EVENTOS	39
1. TIPO DE ATIVIDADE: VISITAS DE CAMPO E OFICINA	
2. RELAÇÃO DE PARTICIPANTES	39
DETALHAMENTO DAS VISITAS DE CAMPO	42
DETALHAMENTO DA I OFICINA DE DIÁLOGO SOCIAL	48
ANEXOS – FOTOS E LISTAS DE PRESENÇA	55

APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta os registros das visitas feitas aos atores sociais do Piloto da Construção no município de Salvador/BA, nos dias 21 e 22 de novembro de 2012 e 04 e 05 de junho de 2013 no Rio de Janeiro/RJ. Registra também a I Oficina de Diálogo Social realizada nos dias 22 e 23 de agosto de 2013.

O objetivo das vistas foi apresentar o Projeto “Estratégias para redução da informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil”, coordenado pelo DIEESE em parceria com Ministério da Previdência Social aos atores locais e convidá-los a integrar o Projeto de forma a possibilitar um levantamento das principais necessidades e ações para o enfrentamento da informalidade no setor da construção, com vistas a definir um Plano de Ações para o enfrentamento da informalidade no setor.

Cabe ressaltar que as primeiras visitas, ocorridas em novembro de 2012, foram financiadas com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e realizadas no âmbito do Projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”, coordenado pelo DIEESE em Convênio com o referido Banco (DIEESE-BID ATN/ME-11684-BR).

A I Oficina de Diálogo Social pretendeu realizar de forma participativa o reconhecimento das condições de trabalho existentes no Setor da Construção, além do levantamento das principais necessidades e demandas para combater a informalidade no setor.

DESCRIÇÃO DOS EVENTOS**1. Tipo de atividade: Visitas de Campo e Oficina**

Local: Salvador, Bahia

- 1) 12 e 13 de novembro de 2012
- 2) 22 e 23 de agosto de 2013

Local: Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

- 3) 05 e 05 de junho de 2013

2. Relação dos participantes

NOME	ENTIDADE
Adalberto Galvão	SINTEPAV
Alessandro Ribeiro	SINTEPAV
Alessandro Xavier Soares	SINTEPAV
Alex dos Santos Braga	SINTEPAV
Ana Georgina da Silva Dias	DIEESE
Anderson Gusmão de Lima	SINTEPAV
Andrea Rufato	MPS
Ângela Maria Schwengber	DIEESE
Antônio M. Juriti	SINTEPAV
Antônio M. Juriti	SINTEPAV
Antônio Raimundo Silva Santos	SITICCAN
Augusto Borges da Silva	SINTEPAV
Brian Guimarães	Força Sindical
Charles Santos da Silva	SINTEPAV
Cristiane Garrido	DIEESE
Edmilson Rodrigues	FETRACOM
Elcimar dos Santos	SINTEPAV
Elder Brito	SINTEPAV
Elder Brito	SINTEPAV
Elias Nunes Dourado	SETRE
Emerson S. Gomes	SINTEPAV
Euclésio Manoel Finatti	SINDUSCON PR
Fernando Santos Almeida	SINTEPAV
Flávia Santana Rodrigues	DIEESE
Flávio Batista dos Anjos	SINTEPAV
Flávio Cumming da Silva	SINTEPAV/OAB

NOME	ENTIDADE
Flávio Francisco de Fraga	SINTEPAV
Flora Lassance Vieira Brioschi	SINTEPAV
Frederico Fernandes	SETRE
Gabriel Phiton Bittencourt	SINTEPAV/OAB
Gilmar Carvalho Soares	SINTEPAV
Gilson Bonfim	SINTEPAV
Gilson Bonfim Ferreira de Santana	SINTEPAV
Golda Mazur Dias Lima	SINTEPAV
Hélio da Silva Lino	SINTEPAV
Higor Silva de Matos	SINTEPAV
Igor de Amorim Gomes	SINICON
Irailson Warneaux	SINTEPAV
Iranildo Domingos	SINTEPAV
João Batista	SINDUSCON
João Batista Cavalcante	SINDUSCON BA
João Batista Neto	SINTEPAV
João Bosco de Lima	SINTEPAV
João Bosco de Lima	SINTEPAV
José Domingos Filho	SINTEPAV
José dos Santos Rodrigues	SINTEPAV
José dos Santos Rodrigues	SINTEPAV
José Lopes Feijóo	Secretaria Geral da Presidência da República
José Luiz de Oliveira	SINTEPAV
Juciara dos Santos Santana	SINTEPAV
Ledja Austrilino	NCST
Luciano Luna	SINTEPAV
Luis Vitor Costa	SINTEPAV
Luis Vitor M. Costa	SINTEPAV
Manoel Araújo Santos	SINTEPAV
Manoel de Jesus Conceição	SINTEPAV
Márcia Berndt	Receita Federal do Brasil
Marco Reis dos Santos	SINTEPAV
Maria Bernardete S. Belo	Receita Federal do Brasil
Maria Dorimar de A. Souza	Receita Federal do Brasil
Nair Goulart	Força Sindical
Natã Silva Vieira	DIEESE
Natali Machado Souza	DIEESE
Nilton Freitas	ICM

NOME	ENTIDADE
Patrícia Mendonça	NCST
Paulo César R. Nascimento	SINTEPAV
Paulo Roberto S. dos Santos	SINTEPAV
Rafael dos S. Freitas	SINTEPAV
Ranildo Domingos de Souza	SINTEPAV
Reinaldo Anjo	SINTEPAV
Renilda Maria dos Santos Cavalcanti	SINICON
Roberto F. Santos da Anunciação	SINTEPAV
Robson Rodrigues da Silva	FUNDACENTRO/MTE
Rosane de Almeida Maia	DIEESE
Rosiel dos Santos	SINTEPAV
Rosiel dos Santos Filho	SINTEPAV
Ruth Coelho Monteiro	Força Sindical
Sandra Valente Sande	SINDUSCON
Sandra Valente Sande	SINDUSCON BA
Sandro Pereira Silva	IPEA
Sara Regina Conceição Santos	SINTEPAV
Sinézio Bispo da Silva	SINTEPAV
Solange Dantas da Silva	SINTEPAV
Ubirajara Medrado	SINTEPAV
Valdeli Rosa da Silva	SINTEPAV
Wagner Silveira Bastos	SINTEPAV

DETALHAMENTO DAS VISITAS DE CAMPO

Dia 21/11/12 – Reunião na Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego e Renda - SETRE (manhã).

A reunião, agendada com o Chefe de Gabinete da SETRE, Elias Dourado, teve como objetivo apresentar o Projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social” e convidar o governo estadual para participar do Piloto da Construção a ser desenvolvido em Salvador. Aproveitou-se a oportunidade para tratar do interesse de ambas as instituições no desenvolvimento de outro piloto no âmbito do Observatório do Trabalho da Bahia. Por este motivo, a atividade contou com a presença de técnicos do DIEESE e da SETRE que já atuam no Observatório do Trabalho.

O Observatório do Trabalho da Bahia é resultado de convênio firmado entre o Governo do Estado, por meio da SETRE, e o DIEESE. Em funcionamento desde setembro de 2010, visa assessorar e prestar apoio técnico à SETRE com informações, análises e propostas de ações em relação às questões do mundo trabalho.

A abertura da reunião foi realizada por Ângela Schwengber, Supervisora dos Observatórios do Trabalho, que explicou que ao aproximar o Observatório do Trabalho da Bahia ao Projeto Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social pretende-se realizar dois pilotos simultaneamente e contribuir de maneira mais efetiva para a construção de políticas públicas voltadas para a redução da informalidade na Bahia e acrescentou que o estado foi escolhido por concentrar uma expressiva porcentagem de ocupação informal nos mais diversos setores e por apresentar elevado interesse na formulação de políticas públicas integradas e participativas.

Em seguida, Rosane Maia, Coordenadora Geral do Projeto do DIEESE, apresentou um breve histórico do Projeto, bem como seus objetivos, as parcerias firmadas com as demais instituições nacionais e os pilotos selecionados para a nova fase, frisando a intenção de elaborar coletivamente alternativas para as dificuldades apresentadas em cada piloto.

Elias Dourado questionou o porquê da escolha do setor da construção para o piloto e qual o papel da SETRE no Projeto. Rosane Maia explicou que as diretrizes para a escolha dos pilotos são três: 1) setorial; 2) vontade política dos atores sociais envolvidos e 3) capacidades interinstitucionais. Em âmbito nacional, os atores sociais são

representantes de diversas instituições que estão ligadas ao Projeto através de um Comitê Técnico-Executivo nacional. Este Comitê tem representação de todas as Centrais Sindicais, isto significa que o trabalho a ser desenvolvido no Piloto não ficará restrito à base do sindicato que estiver à frente do trabalho. Rosane explicou ainda que a participação da SETRE é de extrema importância, pois, como nos pilotos que já estão em andamento, diversas ações para redução da informalidade demandaram a efetiva participação do governo estadual.

Elias Dourado informou que, do ponto de vista político, não haveria problemas para implantação do Piloto no setor da construção, mas ponderou se não seria mais proveitoso se não fosse escolhido outro setor como comércio e serviços onde a informalidade é mais expressiva. Rosane esclareceu que a discussão na construção se dará de maneira bastante abrangente e pode-se enfatizar, por exemplo, a formalização dos trabalhadores conta própria como Micro Empreendedores Individuais – MEI, já que estes prestam vários tipos de serviços e representam mais de 40% dos trabalhadores do setor. Além disso, lembrou que o segundo piloto a ser desenvolvido no âmbito do Observatório do Trabalho pode focar um destes setores.

Em seguida, Rosane enfatizou que o DIEESE é o mediador do processo, mas o diálogo só avança quando as instituições envolvidas compreendem o que desejam alcançar. Com o avançar da discussão, espera-se alcançar o desenvolvimento de um plano de ações conjuntas, cuja execução ficará sob a responsabilidade das instituições participantes, considerando-se o empoderamento dos atores sociais envolvidos.

A reunião chegou ao fim com sinalização de data da primeira oficina de diálogo social para março e com a indicação de Frederico Fernandes, coordenador do Observatório do Trabalho da Bahia pela SETRE, como representante do governo estadual.

Dia 22/11/12 – Reunião com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagem, Montagem e Manutenção Industrial do Estado da Bahia – SINTEPAV/BA na sede da Força Sindical (tarde).

A reunião foi iniciada pelo Secretário Geral do SINTEPAV/BA, Paulo Roberto, que agradeceu a presença de todos e falou sobre a importância da realização do Piloto no setor da construção, por se tratar de um setor em expansão e responsável por grandes obras na Bahia. Em seguida, convidou representantes das entidades presentes para compor a mesa de abertura.

Ana Georgina Dias, Supervisora do DIEESE na Bahia, agradeceu a recepção da Força Sindical. Em seguida, fez uma breve apresentação do Projeto, finalizando com um agradecimento a todos pela presença.

Posteriormente, Ledja Austrilino, membro do Comitê Técnico-Executivo do Projeto e representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, manifestou a alegria de estar presente na abertura dos trabalhos do Piloto da Construção e contou sua experiência de participação no Piloto do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. Ao finalizar, declarou sua disposição para participar da troca de experiências entre os dois pilotos.

Segundo a presidente da Força Sindical na Bahia, Nair Goulart, a democracia se reafirma com o diálogo e iniciativas como as do Projeto indicam o avanço do Movimento Sindical do Brasil, uma vez que leva ao trabalho conjunto entre as Centrais Sindicais em discussões de âmbito nacional. Para exemplificar outras ações que exigiram a união entre as Centrais Sindicais, Nair citou o movimento nacional pela valorização do salário mínimo, intermediada pelo DIEESE, lembrando que os resultados da discussão estão sendo tomados como modelos por outros países.

Em seguida, a palavra foi passada a Rosane Maia. A coordenadora afirmou que a realização do Projeto tem sido uma grande oportunidade de aprendizado para o DIEESE. No decorrer dos pilotos anteriores, pode-se perceber que a informalidade é um problema tão complexo que tem diferentes soluções a depender do setor e local onde se apresenta. Enfatizou que o objetivo do Projeto é buscar meios para que todos os trabalhadores estejam protegidos pelas leis trabalhistas e previdenciárias. Iniciativas como esta buscam o fortalecimento da sociedade para que o país continue no caminho do desenvolvimento.

A respeito da Construção, Rosane expôs que, além de outras formas de apresentação da informalidade que podem ser discutidos, neste setor há um grande número de trabalhadores conta própria que não contribui para a Previdência Social e, portanto, encontra-se sem proteção social. Acrescentou que o enfrentamento deste e de outros problemas que possam surgir no percurso se dará através da construção de uma rede local que dará visibilidade aos fatos e buscará propor políticas e ações por meio do diálogo social.

Para Bebeto Galvão, presidente do SINTEPAV/BA, a apresentação do Projeto foi bastante esclarecedora e permitiu perceber que o Sindicato tem condições de contribuir com o debate. Para o sindicalista, o Piloto permitirá conhecer as fragilidades do setor e colocará diante dos participantes a possibilidade de superá-las através do diálogo social. O presidente afirmou que tem consciência que o Sintepav sozinho não está apto a discutir e propor soluções para o problema da informalidade, por este motivo, está disposto a contribuir na formação da rede local de atores sociais. A princípio, sugeriu a participação de membros do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON nas oficinas de diálogo social e se comprometeu a reunir-se com a diretoria do SINTEPAV para pensar em outras indicações e para começar a delinear problemas que poderão ser trabalhados com vistas a facilitar o desenvolvimento da primeira oficina.

Nair Goulart incentivou os sindicalistas presentes a aproveitarem o desenvolvimento do Piloto para aprofundarem seus conhecimentos e para se capacitarem. Para ela, este será um momento de formação e o movimento sindical baiano poderá ousar, pois está diante de grandes possibilidades de mudanças. Ademais, a participação da Subseção do DIEESE, com a economista Cristiane Garrido, terá um papel essencial nesse processo de formação e qualificação do debate.

Rosane encerrou a atividade agradecendo o momento proveitoso de conversa e demonstrando satisfação com a compreensão que os presentes tiveram das possibilidades do Projeto.

Dia 23/11/12 – Reunião com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia – SINDUSCON/BA (manhã).

Além da coordenação do Projeto e técnicos do DIEESE, a reunião no SINDUSCON contou com a participação de Ruth Monteiro, representante da Força Sindical no Comitê Técnico-Executivo Nacional. Também estiveram presentes Sandra Sande, Superintendente, e João Cavalcante, Gerente de Relações Trabalhistas, ambos do SINDUSCON da Bahia.

Ana Georgina Dias, supervisora regional do DIEESE, agradeceu aos representantes da entidade pela recepção e explicou o motivo da reunião. Em seguida, Rosane Maia fez uma breve apresentação do Projeto.

João Cavalcante interrogou porque o Piloto focaria na construção pesada já que a informalidade se apresenta de forma menos expressiva nas grandes obras. Rosane explicou que o debate acontecerá de maneira ampla, podendo abranger os trabalhadores de obras residenciais e de menor porte. Ruth Monteiro acrescentou que o objetivo da discussão é buscar soluções para a informalidade que sejam ideais para o trabalhador da construção, independente do porte da obra.

Para demonstrar a importância do debate, Ruth Monteiro frisou que o problema da informalidade abarca quase 50% dos trabalhadores da construção. A alta porcentagem foi questionada pelo representante do SINDUSCON e Ana Georgina explicou que estes números levam em consideração os trabalhadores sem carteira assinada e os conta própria, acrescentando que a pesquisa, feita pelo DIEESE, tem como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, do DIEESE.

João defendeu que a burocracia e o alto custo são fatos que afastam os micro e pequenos empreendedores da formalização. Para o gerente, uma avaliação do custo social da informalidade comparado aos custos da formalização é algo pertinente ao Projeto. Rosane ponderou que compete ao setor patronal aproveitar o espaço de diálogo social proporcionado pelo Projeto para trazer estas indagações a fim de que sejam discutidas de forma ampla visando, inclusive, que na próxima década estas questões já tenham sido superadas.

Sandra Sande indicou a participação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil da Bahia – SINTRACON/BA na discussão e garantiu a presença do SINDUSCON nas oficinas de diálogo social a ocorrer em 2013.

Dia 05/06/13 – Reunião com o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON (tarde).

Participaram da reunião a Coordenação Geral do projeto (Rosane Maia e Natali Souza), Paulo Roberto dos Santos, diretor do SINTEPAV/BA e a técnica do DIEESE responsável pela subseção deste sindicato e Renilda Maria dos Santos Cavalcanti, assessoria jurídica do SINICON.

Rosane Maia fez uma breve apresentação do Projeto e em seguida informou sobre sua nova etapa com duração até abril de 2014, com indicação de três novos pilotos, sendo um deles, o Piloto da Construção na Bahia. O objetivo principal da reunião foi convidar o SINICON a participar das atividades previstas no piloto, o qual abrangerá tanto a construção pesada quanto a construção civil.

Em seguida, a coordenação apresentou a proposta de calendário das oficinas e cursos do piloto, com a primeira oficina prevista para os dias 22 e 23 de agosto de 2013, sendo feito o convite ao SINICON para participar desta oficina, com uma apresentação sobre um panorama do setor da construção pesada na visão do SINICON.

Renilda Cavalcanti chamou atenção para as especificidades do setor da construção pesada, que diferem significativamente do setor da construção civil. Em sua visão, o setor da construção pesada apresenta baixa informalidade se comparada à construção civil. Por este motivo, propôs que sejam discutidos também outros eixos no piloto, tais quais: qualificação profissional com destaque para a questão do aprendiz, reaproveitamento de resíduos da construção; FGTS; consumo de drogas dentro dos canteiros de obras; relações com a comunidade e a contratação de deficientes.

Dia 06/06/13 – Segunda reunião com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagem, Montagem e Manutenção Industrial do Estado da Bahia – SINTEPAV/BA.

No dia 06 de junho realizou-se uma reunião com Paulo Roberto dos Santos, dirigente do SINTEPAV e Cristiane Garrido a fim de dar prosseguimento à organização da primeira oficina do piloto.

Paulo Roberto fez um relato sobre o setor da construção pesada, com destaque para a predominância de um número grande de maquinários no setor. Seguiu com um breve histórico do surgimento do sindicato, em 1992, e da divisão dos setores leve e pesada, a partir da Portaria 3049/88. Fez um panorama geral da estrutura organizacional do SINTEPAV Bahia, que é dividida em 11 sub sedes, com coordenadores por regiões. Para finalizar, esclareceu acerca dos subsetores da construção pesada e suas especificidades, destacando os grupos de trabalho da manutenção, que geralmente firmam contratos por tempo determinado.

Ficou acordado que os convites serão feitos pelo DIEESE e enviados às entidades do piloto pela coordenação do Projeto. Além das entidades já visitadas, houve a indicação de outras que deverão ser convidadas a participar das discussões, tais quais: Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada - FENATRACOP, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira – SINTRACOM/BA, Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira - FETRACOM, Caixa Econômica Federal, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - Embasa EMBASA, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE, Ministério Público, FUNDACENTRO e outras a definir. Por fim, acordou-se também que os coordenadores das 11 sub sedes do SINTEPAV participarão das oficinas de diálogo social.

DETALHAMENTO DA I OFICINA DE DIÁLOGO SOCIAL

A abertura da Oficina foi realizada por Rosane Maia que saudou os participantes e convidou para compor a mesa de abertura os representantes: Paulo Roberto dos Santos do SINTEPAV, Sandro Pereira representante do IPEA, Andrea Rufato do MPS, Igor Gomes do SINICON e Robson da Silva da FUNDACENTRO/MTE .

Os componentes da mesa expuseram suas expectativas com relação à atividade, agradeceram o convite formulado pelo DIEESE e SINTEPAV e exaltaram a importância do diálogo social na busca de novas alternativas para a formalização dos trabalhadores do setor.

Em seguida, Rosane Maia fez uma breve exposição do Projeto e dos objetivos da atividade. Posteriormente, todos os participantes se apresentaram e relataram as suas expectativas quanto ao evento e à execução do piloto.

Com base nas apresentações temáticas de palestrantes convidados e debates subsequentes, a atividade teve por objetivo o levantamento de informações estatísticas e análise de dados locais do setor da construção na cidade de Salvador e no Estado da Bahia e a elaboração do diagnóstico participativo a partir das experiências dos atores sociais envolvidos.

Na manhã do primeiro dia ocorreu uma mesa redonda com o tema “Panorama Nacional da Construção” que foi dedicada às seguintes exposições:

Tema: Proteção Previdenciária na Construção Civil – O Caso da Região Metropolitana de Salvador/BA

Palestrante: Andrea Rufato – MPS

Tema: A atuação da Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira

Palestrante: Nilton Freitas – ICM

Tema: Mesa Nacional Tripartite Permanente para a Melhoria das Condições de Trabalho na Indústria da Construção

Palestrante: José Feijóo – Secretaria Geral da Presidência da República

O assessor especial da Secretaria Geral da Presidência da República, José Feijó, apresentou o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção, firmado em 1º de março de 2012, que tem como objetivo aprimorar as condições de trabalho nos canteiros de obras do país. A Internacional dos Trabalhadores da Construção e Madeira, através do representante regional para América Latina e o Caribe, Nilton Freitas, falou sobre a informalidade no âmbito internacional e como os trabalhadores da América Latina são atingidos com este problema. A representante do Ministério da Previdência Social, Andrea Rufato, apresentou os dados referentes aos níveis de cobertura da proteção social no país e no setor da construção.

Ana Georgina Dias, supervisora do DIEESE na Bahia, foi responsável por comentar as apresentações e levantar questões para os debates. Após as apresentações, foi aberto um amplo diálogo entre os participantes a respeito dos dados apresentados.

Realizado na parte da tarde, o segundo painel foi destinado a exposições sobre o tema “Panorama da Construção por segmento” e contou com as seguintes exposições:

Tema: O setor da construção pesada

Palestrante: Adalberto Galvão – SINTEPAV Bahia

Tema: Incentivo à formalidade no mercado de trabalho da construção no Paraná

Palestrante: Euclésio Finatti – SINDUSCON Paraná

Tema: Panorama da construção na Região Metropolitana de Salvador

Palestrante: Ana Georgina da Silva Dias

O presidente do Sintepav BA, Beбето Galvão, citou o diversos problemas que atingem as grandes obras e a necessidade do governo exigir das empresas mais responsabilidade, através dos editais de licitações.

Euclésio Finatti comentou a participação do SINDUSCON Paraná na primeira etapa do Projeto no âmbito do piloto da construção civil, desenvolvido no Paraná. Ademais, apresentou o Programa de Incentivo à Formalidade no Mercado de Trabalho da Construção, em andamento desde 2002 e que tem por objetivo estimular o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, contribuindo para a melhora da qualidade do emprego e das condições de segurança do trabalhador, aumentando, com isto, o controle social da fiscalização, além da produtividade e qualidade no setor da construção civil paranaense.

Ana Georgina Dias apresentou dados oriundos de fontes secundárias relativos à construção, especificamente focados na Região Metropolitana de Salvador.

Em seguida, Cristiane Garrido, técnica do DIEESE, e Igor Gomes, representante do SINICON, comentaram as apresentações e lançaram questões que estimularam as discussões que se seguiram.

O dia seguinte foi iniciado por Rosane Maia e Ruth Monteiro, representante da Força Sindical que falaram sobre as ações já realizadas nos pilotos inicialmente escolhidos no Projeto e as expectativas para os trabalhos do piloto que se inicia.

Dando prosseguimento, os participantes foram divididos em três grupos a fim de elaborar conjuntamente o quadro da situação atual da construção e a perspectiva do ponto de vista do ator social. Os grupos foram formados por representantes dos trabalhadores, empregadores e representantes das esferas do Governo.

A partir das conversas dos grupos, buscou-se explicitar problemas atuais do setor e os desafios para aumentar a formalização e ampliar a proteção social, o que resultou na seguinte sistematização das apresentações dos grupos:

EMPREGADORES: dividiu o diagnóstico em leve e pesada em função das características apresentadas por estes setores.

Construção pesada:

- 1) Licitações: Não preveem itens significativos na composição dos preços como normas de saúde e segurança, benefícios da CCT e impactos ambientais;
- 2) Excesso de carga tributária;
- 3) Excesso de normas regulamentadoras;
- 4) Existência de empresas de pequeno porte que ao ganhar os serviços não conseguem atender as demandas legais.

Construção leve (civil): os três primeiros itens citados na construção pesada e:

- 1) Obras menores e particulares: não atendem a legislação e não são fiscalizadas;
- 2) Falta de estímulo ao autônomo para se formalizar: carga tributária, burocracia, desconhecimento;
- 3) Subcontratação: má escolha das empreiteiras, fiscalização deficiente pela contratante;
- 4) Micro Empreendedor Individual: falta controle de critérios para inclusão no cadastro;
- 5) Falta comunicação (interligação) entre base de dados do governo para liberação de alvará de construção.

GOVERNO

- 1) Dificuldade na fiscalização e acompanhamento das atividades do setor;
- 2) Falta de registro empregatício mensal em documento fiscal declaratório para construções domésticas e empresas irregulares;
- 3) Falta de cultura previdenciária;
- 4) Dificuldade de controle na transitoriedade do vínculo empregatício;
- 5) Perda de arrecadação;
- 6) Baixa cobertura social;
- 7) Aumento do custo em assistencialismo.

TRABALHADORES

Localização e causas da informalidade na Construção Pesada:

- 1) Tarefeiros: serviços pagos ao trabalhador pela quantidade de trabalhos executados;
- 2) Serviços executados de canalização, meio fio, construção de encostas, alvenarias.
- 3) Rotatividade: Particularidade existente pelo tempo de execução de cada obra e executada por etapa, existindo demissões a cada término de etapa.
- 4) Localizações das obras: A maioria das obras se localiza em regiões com precariedade de empregos e falta informações de direitos trabalhista.
- 5) Obras de difícil acesso de localização.
- 6) Grande número de contratação de empresas de terceirizadas pela contratante principal sem critérios de avaliação dos cumprimentos dos direitos e obrigações sociais, dos trabalhadores.

Tipos de informalidade encontradas na **terceirização**;

- 1) Falta de registro na CTPS;
- 2) Descumprimento da CCT;
- 3) Descumprimento da legislação trabalhista;
- 4) Descumprimento das normas de saúde e segurança.

Obras com maior número de trabalhadores informais no setor da construção pesada:

- 1) Saneamento básico;
- 2) Pavimentação asfáltica;
- 3) Terraplanagem;
- 4) Adutoras

Causas e onde se localizam a informalidade na Construção Civil:

- 1) Falta de assinatura na CTPS;
- 2) Repasse dos descontos do FGTS e INSS para o trabalhador;
- 3) Fim do contrato de experiência de 90 dias para 30 dias;
- 4) Melhorar as áreas de vivência nas obras;
- 5) Saúde e segurança do trabalho nos canteiros de obras;
- 6) Alimentação de qualidade;
- 7) Melhorar a relação de trabalho entre trabalhador e patrão nos canteiros de obra;
- 8) Participação na PLR;
- 9) Fim da Jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas;
- 10) Menos rotatividade no setor;
- 11) Homologação imediata (pagam a rescisão e demoram muito para fazer a homologação)
- 12) Fim da terceirização;
- 13) Transporte de qualidade;
- 14) Refeitórios decentes;
- 15) Higiene nos canteiros de obras.

O grupo dos trabalhadores fez propostas de encaminhamentos que serão aprofundadas durante a segunda oficina de diálogo social prevista para acontecer em outubro de 2013.

Ações para incentivar a formalização da Construção Pesada

- 1) Aumentar o número de fiscalizações por parte do sindicato e Ministério do Trabalho;
- 2) Formação de Comitês similares ao já existente no estado do Paraná;
- 3) Melhorar a forma de emissão da CND (Certidão Negativa de Débito), observando o início de obra, nº de trabalhadores e a identificação dos trabalhadores.

Ações para incentivar a formalização da Construção Civil

- 1) Maior fiscalização do Ministério Público, da Superintendência Regional do Trabalho (SRTE);
- 2) Formação de Comitês similar ao já existente no estado do Paraná;
- 3) Melhorar a forma de emissão da CND observando o início de obra, nº de trabalhadores e a identificação dos trabalhadores;

Na parte da tarde foi apresentado um vídeo institucional do Projeto contendo as experiências de três trabalhadores em relação ao trabalho formal. Os participantes puderam emitir opiniões e foram feitas diversas observações pertinentes ao trabalho na construção.

Em seguida os participantes foram divididos em duplas e trios para discutir e responder à seguinte questão: “Qual é a expectativa do Grupo em relação ao Projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social?”. Após alguns minutos de conversas, os participantes apresentaram os resultados das conversas para todos os participantes

Finalizando as atividades do dia, foi feita avaliação oral do evento. Em função do conteúdo apresentado e dos debates proporcionados, a oficina foi muito bem avaliada pelos participantes.

ANEXOS – FOTOS E LISTAS DE PRESENÇA



Visita de campo – SINTEPAV



Visita de campo – SINDUSCON BA



Visita de campo – SETRE



Visita de campo – SINICON



Reunião com o SINTEPAV



I Oficina de Diálogo Social



I Oficina de Diálogo Social



I Oficina de Diálogo Social



I Oficina de Diálogo Social

PROJETO BID/FOMIN – ATN/ME-11684-BR: "Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social"

Visita de Sensibilização aos Atores Sociais do Piloto da Construção Pesada da Bahia – Sintepav - Ba

Local: Força Sindical, Salvador/BA

Horário: 14h00 às 17h00

LISTA DE PRESEÇA					DATA: 21/11/2012
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
1	Rafaela Mendonça	NCST	(061) 3226-4000	comunicação@ncst.org.br	
2	Leidia Austriano	NCST	01 94834268	leidia@ncst.org.br	
3	Yolanda Magalhães Dias Lima	SINTEPAV	71-96195090	maile@juridico@sintepav.org.br	
4	Cristiane Camargo	DIEESE	71-96385568	cristiane@dieese.org.br	
5	Paulo R. S. dos Santos	SINTEPAV	Força 9912-9864	Paulo.Santos@hotmail.com	
6	João Bosco de Lima	SINTEPAV	71-9943-2027	BOSSCO-PA@hotmail.com	
7	Flávio Batista dos Anjos	SINTEPAV	71-8828 3027	FLAVIO.BOSANJOS@hotmail.com	
8	Almir de S. Araújo	SINTEPAV	71-06424529		
9	Paulo Bezerra R. Nogueira	SINTEPAV	9913-7375	maile@juridico@sintepav.org.br	
10	Flora Laramee V. Brioschi	SINTEPAV	9631 8484	larameebrioschi@hotmail.com	
11	Flora Laramee V. Brioschi	SINTEPAV	71-9915 6130		
12	FLAVIO FRANCISCO DE FRAGA	SINTEPAV	071-86598980	FLAVIOFRANCISCO@GMAIL.COM	
13	GLAUCO BONFIM	SINTEPAV	71-96322226		
14	ANTONIO M. JURETI (TOINHO)	SINTEPAV	71-8457 7364	TOINHO@SINTEPAV.ORG.BR	
15	IRATSON WANDERLEY (GATO)	SINTEPAV	71-99154408	IRATSON.Oliveira@ig.com.br	

PROJETO BID/FOMIN – ATN/ME-11684-BR: “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”

Visita de Sensibilização aos Atores Sociais do Piloto da Construção Pesada da Bahia – Sintepav - Ba

Local: Força Sindical, Salvador/BA

Horário: 14h00 às 17h00

LISTA DE PRESENÇA			DATA: 21/11/2012		
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
16	Jorge Luis de Oliveira	Sintepav	35077177	oliveira-55@HotMail.com	
17	Rogério dos Santos	Sintepav			
18	Vitor Costa	SINTEPAV	08199137043	VITORCOSTA@YAHOO.COM.BR	
19	Sara Regina L. Santos	SINTEPAV	719915-6454	SARRMOBY@YAHOO.COM.BR	Sara Regina
20	Wagner Silveira Bastos	Sintepav	73-9110-6189	Wagnerbastosb7@gmail.com	
21	RANILAO DOMINGOS DE SOUSA	SINTEPAV	93191916	SOCIEDADESEGURANCA@SINTEPAV.ORG.BR	
22	EDUARDO BRITO	SINTEPAV	71 9621-1568	EDUARDO@SINTEPAV.ORG.BR	
23	ROBERTO F. SANTOS DE ANUNCIACAO	SINTEPAV	75-2215-9772	ROBERTO@ARAREMA@GMAIL.COM	
24	Adalberto Galvão	SINTEPAV	71 35077176	adalgalo@fotaleu1.com	
25	Diego Galvão	Força Sindical	33224121	bahia@fsindical.org.br	
26					
27					
28					
29					
30					

PROJETO BID/FOMIN – ATN/ME-11684-BR: "Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social"

Visita de Sensibilização aos Atores Sociais do Piloto da Construção Pesada da Bahia

Local: SINDUSCON, Salvador/BA

Horário: 11h00

LISTA DE PRESENÇA					DATA: 22/11/2012
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
1	Ala Georgetiana Dias	DIEESE	(71) 3342-7880	ala.georgetiana@dieese.org.br	
2	Cristiane Garrido	DIEESE	(71) 9938-5568	cristianegarrido@dieese.org.br	
3	Rosane Haig	DIEESE	(61) 8482-1066	rosanema@dieese.org.br	
4	Ruth Coelho Monteiro	FORÇA SINDICAL	(11) 3348-9033	ruthcmonteiro@gmail.com	
5	JOÃO BATISTA	SINDUSCON-BA	(71) 2616 6020	joao@sinuscon-ba.com.br	
6	SANDRA VALENTE SANDE	SINDUSCON-BA	(71) 3616-6005	superintendencia@sinuscon-ba.com.br	
7	NATALI MACHADO SOUZA	DIEESE	(61) 9312-1808	natali@dieese.org.br	
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

Visita de Sensibilização aos Atores Sociais do Piloto da Cadeia da Construção

Local: Rio de Janeiro

Horário: 14h00 às 16h00

LISTA DE PRESENÇA					
DATA: 05/06/2013					
	NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ATIVIDADE PROFISSIONAL	E-MAIL/RUBRICA
1	RENILDA M.S. CAVALCANTI	SINICOM	(21) 8350-4170	juridico	juridico@sinicom.org.br
2	Paulo Roberto S. dos Santos	SINIPAVAN	71 9912 9864	motorista	PauloRoberto-S@Hotmail
3	ROSELI DE A. MAIA	DIEESE	(61) 3482 1966	ECONOMISTA	RoseLi
4	CRISTIANE S. GARRIDO	DIEESE	(61) 9938-5568	Economista	cristinegarrido@dieese.org.br
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

Visita de Sensibilização aos Atores Sociais do Piloto da Cadeia da Construção

Local: Rio de Janeiro

Horário: 08h00 às 10h30

LISTA DE PRESENÇA					DATA: 06/06/2013
	NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ATIVIDADE PROFISSIONAL	E-MAIL/RUBRICA
1	Paulo Roberto S. de S. Santos	SINDICATO DA	(11) 5912 9864		Paulo.Roberto.S.Santos@adman.com
2	Cristiane S. Garrido	DIEESE	(11) 9938 5568	Economista	cristianegarrido@dieese.org.br
3	NATALI MACHADO SOUZA	DIEESE	(11) 2312-1808	Assistente Coordenadora	natali@dieese.org.br
4	ROSAINE DE A. HAIA	DIEESE	(61) 8482 1066	Secretaria Executiva	rosainha@dieese.org.br
5				EDUCADORA	
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

I Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção

Local: Salvador/BA

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA					DATA: 22/08/2013
	NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ATIVIDADE PROFISSIONAL	E-MAIL/RUBRICA
1	JOSÉ DOMINGOS FILHO	SINTEPAV	(71) 99853384	DIRETOR	DomingosFILHO@HOTMAIL.COM.BA
2	JOSE DOS SANTOS RODRIGUES	SINTEPAV	71 99157607	DIRETOR	ZEBRARD@LIVE.COM
3	SARA REGINA CONCEIÇÃO SANTOS	SINTEPAV	71 9915-6454	ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO	SARAMOBY@YAHOO.COM.BR SRS
4	CHARLES SANTOS DASILVA	SINTEPAV	71 9612-8131	MORTO RITRA	Charles
5	Andrea Rufato	Min. da Previdência	61 2021 5309	EPPEG	andrea.rufato@previdencia.gov.br
6	Nilton Freitas	ICM	(11) 9 8780 0097	REPRES. REGIONAL	nilton.freitas@huwint.org / CN
7	IRANILDO DOMINGOS	SINTEPAV	21 9913 5593	DIR. SEG. SAÚDE	ASST@SINTEPAV.ORG.BR
8	Julia Gregório de	DIEESE/MA	21 800 8349	Supervisor	JuliaGregorio@dieese.org.br
9	Gilmar	SINTEPAV	99382908	DIRETOR	GILMAR.SINTEPAV@HOTMAIL.COM
10	VALDELI ROSA DA SILVA	SINTEPAV	(71) 9907-8942	ADJUDANTE	valdeli@sinthpav.org.br
11	Marcel - Jun 2.0000	União das Indústrias	71 9913 7000	Contabilista	marcel.paulista@uniao.com
12	PAULO ROBERTO S. SANTOS	SINTEPAV-BA	71 9912-9864	CONTABILISTA	PauloROBERTO - SANTOS@ZAP
13	LUIS VICTOR M. COSTA	SINTEPAV-BA	71 9913 7043	DIRETOR	VITOR.COSTA43@YAHOO.COM.BR
14	HIGOR SILVA DE MATOS	SINTEPAV-BA	(71) 9984-2549	IMPREMADOR	HIGOR-SMARTOS@HOTMAIL.COM
15	UBI BAJARA MEDEIRO	SINTEPAV-BA		ASSESSOR	

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

I Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção

Local: Salvador/BA

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA				DATA: 22/08/2013	
	NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ATIVIDADE PROFISSIONAL	E-MAIL/RUBRICA
16	IGOR DE AMORIM GOMES	SINICON	(71) 3342-0044		igor@sinicon.org.br
17	José Lopez Feijó	Sq/PR	(61) 3411-1050	ASSESSOR	jose.feijo@presidencia.gov.br
18	H. BERNARDETE S. BELLO	RFB - DRFSALVADOR	(71) 3436-8759	AUDITOR FISCAL	maria.bello@receita.fazenda.gov.br
19	NATALI MACHADO SOUZA	DIEESE	619312-1807	ASSISTENTE COORDENADOR	natali.dieese.org.br
20	Francisco José de Almeida	SINTEPAV		DIRETOR EXECUTIVO	
21	João Luiz de Oliveira	Semipol	35077177	Director - Financeiro	joao.lui@semipol.gov.br
22	Marcia Beirada	RFB - DRF-SALVADOR	(71) 3416-1783	AUDITOR FISCAL	marcia.beirada@receita.fazenda.gov.br
23	Gregório Santos Cordeiro	DIEESE	(71) 99385568	ASSESSOR	gregorio@dieese.org.br
24	ANTONIO RAIMUNDO SILVA SANTOS	SITICCAV	(71) 906-8854	PILOTOR	lotob@Hotmail.com
25	EMERSON S. GOMES	SINTEPAV-BA	(71) 9933-0038	DIRETOR SINDICAL	EMERSON.FSINDICAL@GMAIL.COM
26	João Carlos de Jesus Silva	INSS	(71) 3326-1514	COORD. EDUC. PREV.	P.C. Silva@INSS.gov.br
27	SANDRO PEREIRA	IPEA	61 81527644	ECONOMISTA	SANDRO.PEREIRA@IPEA.gov.br
28	LUCIANO LUNA	SINTEPAV	71 968 63275	ASSESSOR SINDICAL	
29	Rafael dos S. Farias	SINTEPAV	71 8302 1080	ASSESSOR	
30	Juliana Buzi		71 9637 7026	DIETOR	

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

I Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção

Local: Salvador/BA

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA					DATA: 22/08/2013
	NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ATIVIDADE PROFISSIONAL	E-MAIL/RUBRICA
31	Helton da SILVA Lino	SINTEPAV	(71) 9935-5852	DIRETOR	
32	Edimar dos Santos	DIRETOR	71) 99 15 1732	DIRETOR	ELCINAR24@Hotmail.com
33	Augusto Gonçalves	SINTEPAV	71 99 15 9933	ASSESSOR	
34	Luiz Bolle	CENHIAV	88 02 1827		
35	MAURÍCIO ARAÚJO SANTOS	SINTEPAV	75 99 516 477	ASSESSOR	
36	Sinício Bispo da Silva	SINTEPAV	71) 99 36 1627	DIRETOR	
37	Thales dos Santos Braga	SINTEPAV	71. 9632 8946	DIRETOR	
38	ALESSANDRO RIBEIRO	SINTEPAV	43- 96 245 420	ASSESSOR	
39	JOÃO BOSCH DE LIMA	SINTEPAV	9943-2027	ASSESSOR	
40	Robson Rodrigues da Silva	Fundamim/MTE	9127-6350	ENG-CIVIL/SEG. PESSOAL	ROSEDISA@Hotmail.com
41	ALESSANDRO XAVIER SOUZA	SINTEPAV	(71) 8126 1653	DIRETOR	
42	ANTONIO M. JURITI	SINTEPAV/BA	71) 81 97-7344	ASSESSOR SINDICAL	TOINHOJURITIO@GMAIL.COM
43	Fernando dos Santos	SINTEPAV/BA	9636-7345	DIRETOR	
44	ELDER BRITO	SINTEPAV		DIRETOR	
45	Agustinho B de Jesus	SINTEPAV	96352624	DIRETOR	

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

I Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção

Local: Salvador/BA

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA					DATA: 22/08/2013
	NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ATIVIDADE PROFISSIONAL	E-MAIL/RUBRICA
46	CARREI RITON BITENCOURT	SINTEPAV/DAB	71 9682 2893	ADVOGADO	676MA@HOTMAIL.COM
47	FLAVIO CUNHA DE SILVA	DAB/SINTEPAV	71 9166-8359	ADVOGADO	flavio@cpd.adu.br
48	Miguel dos Santos	SINTEPAV	71 99156730	ASSISTENTE	
49	Nádia Domingos de A. Costa	RECEITA FEDERAL	71 99510431	AUDITORA FISCAL	
50	Sandra Valente Sampaio	SINDUSCON-BA	71 81011162	superintendente	sandra@superintendencia-sinduscon-ba.com.br
51	JOÃO BATISTA C. VASCONCELOS	SINDUSCON-BA	71 3636 6020	GERENTE R.T.	JOAC@SINDUSCON-BA.COM.BR
52	Edmilson Rodrigues	FETACOM-BA	91954415	diretor	
53	Anderson Gusmão de Azevedo	SINTEPAV	71 99073279	diretor	ANDERSON@SINTEPAV-DAB.02
54	Roberto Maia	DIEESE	61 8482 1066	assessor	
55	CRISTIANE CARVALHO	DIEESE	71 9938 3568	ASSESSORA	
56	EUCLESIO M. FERRATI	SINDUSCON-PR	41 9973 5342	VICE PRES. ADMINISTR.	
57	Adelberto Galvão	SINTEPAV	99 146203		
58					
59					
60					

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

I Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção

Local: Salvador/BA

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA					DATA: 23/08/2013
	NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ATIVIDADE PROFISSIONAL	E-MAIL/RUBRICA
1	VALDELI ROSA DA SILVA	SINTEPAV	(71) 9907-6947	At. Prático	valdeli@sintepav.org.br
2	Adriana dos Santos	SINTEPAV	71) 9912-9933	Assessoria	Adriana@sintepav.org.br
3	Sinecio Bispo da Silva	SINTEPAV	71) 99364027	Director	Sinecio@sintepav.org.br
4	Rosiel dos Santos	SINTEPAV	3702-1080	ASSESSOR	ROSIEL.SANTO@HOTMAIL
5	Edmilson Rodrigues	FETACOM-BR	91954415	DIRETOR	Edmilson@feta.com.br
6	Wilton Freitas	ICM	(11) 98280 0097	Repres. Regional Am. Latina	wilton.freitas@bwinf.org/UF
7	Paulo Roberto S. dos Santos	SINTEPAV	71) 9912-9864	Contabilista	Paulo.Roberto-S@sintepav.org.br
8	RUTH COELHO MONTEIRO	FONCA SINDICAL	(11) 979929581	Secret. Cidadania e DdHh	Ruth@fonsind.org.br
9	IGOR DE ANDRIM GOMES	SINICOM	(11) 33420044	IGOR@SINICOM.org.br	igor@sinicom.org.br
10	ROSQUE HAIA	DIEESE	(61) 8482-1066	PROSSOCEA	rosque@dieese.org.br
11	ELCINAR SANTOS	SINTEPAV	71) 99151772	DIRETOR	Elcinar@sintepav.org.br
12	Charles Santos da Silva	SINTEPAV	71) 36128131	ASSESSOR	Charles@sintepav.org.br
13	ASSANDRA XAVIER SILVA	SINTEPAV	9117142993	diretor	Assandra@sintepav.org.br
14	Jonas dos Santos	SINTEPAV	71) 991517607	DIRETOR	Jonas@sintepav.org.br
15	ALAN DOS SANTOS	SINTEPAV	71) 96328640	DIRETOR	Alan@sintepav.org.br

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

I Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção

Local: Salvador/BA

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA					
DATA: 23/08/2013					
	NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ATIVIDADE PROFISSIONAL	E-MAIL/RUBRICA
16	Andrea Rufato	MPS	61 2021 5309	Gestora	andrea.rufato@prev.dimiac.org
17	Gulher Brito	SINTEPAV	9637 7020	DIRETOR	
18	ALEXSANDRA SANTOS RIBEIRO	SINTEPAV	71 9624 5420	ASSESSOR	ALEXSANDRA.RIBEIRO@HOTMAIL.COM
19	Fracondo. São André	SINTEPAV		DIRETOR	
20	ANDRÉSON GUSMÃO	SINTEPAV	21 9907 3219	DIRETOR	
21	CRISTIANE GARRIDO	DIEESE	71 9938 5568	DIEESE	cristiane.garrido@dieese.org.br
22	SARA REGINA CONCEIÇÃO SARA	SINTEPAV BA	71 9915-6454	ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO	SARA@SINTEPAV.BA
23	UBIRATARA MENDRADO	SINTEPAV BA	71 9939 7140	ASSESSOR	
24	MUNDEL MARCO SANTO	SINTEPAV BA	71 9951 6477	ASSESSOR	
25	João G. S.	SINTEPAV	71 9939 2902	DIRETOR	
26	Helio da Silva Lima	LI	41 9997 5852	DIRETOR EXPT	
27	EUGENIO M. FINATA	SINDUSCON	41 9922 3342	VICE PRES. ADM.	eugenio@sinuscon.org.br
28	JOAO BATISTA	SINDUSCON	71 8233 8922	GER. RH	JOAO@SINDUSCON-BA.COM.BR
29	Natali Machado Souza	DIEESE	61 9312-1808	ASSISTENTE COORDENADOR	natali@dieese.org.br
30	José Roberto	IFBA	61 8152 7644		

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

I Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção

Local: Salvador/BA

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA				DATA: 23/08/2013	
	NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ATIVIDADE PROFISSIONAL	E-MAIL/RUBRICA
31	Luciano Luna	SINTERPAV	71 96863275	ASSESSOR	
32	Bryan Sumarêdo	FORÇA SINDICAL	71 9824-7903	IMPRESSA	
33	Emerson S. Gomes	SINTERPAV-BA	71 9933-0038	DIRETOR	
34	M ^{te} Bernadetes Belho	RECANTA DAFSDR	71 3486-9759	AUDITOR FISCAL	
35	João Bosco de Lima	ASS. SINTERPAV	71-9943-2027	ASSESSOR	
36	Wagner Pinheiro Santos	SINTERPAV	71-99156730	ASSESSOR	
37	Jose Domingos ALLHO	SINTERPAV	71 799253384	DIRETOR	
38	Paulo Roberto				
39	Adalberto Galvão	SINTERPAV	71 99146203	Presidente Sinter	
40	Wagner Pinheiro Santos	SINTERPAV	99146477	Diretor	
41	Renei Dommen F. Braga	Recante Federal	99510471	Auditor Fiscal	
42	ANTONIO M. L. L. L.	SINTERPAV/BA	71 97-7344	ASSESSOR	
43					
44					
45					